Desde 1947
Ano LXXI

www.casadopovo.org.br
info@casadopovo.org.br

Rua Três Rios, 252
Bom Retiro, São Paulo - SP

SET 2018 — FEV 2019

Nº 1019

Nossa Voz

אונדזער שטימע

우리 목소리

Nuestra Voz

MANIFESTO
Herzog Vive!

Judeus pela democracia - São Paulo*

Zakhor [pronuncia-se "za-ror"], em hebraico bíblico, significa "lembre-se". Na forma imperativa. Uma ordem divina recorrente na Bíblia, a Torá, o livro sagrado para o povo judeu. Uma forma específica de se relacionar com o passado, que marca há milênios a experiência judaica.
Mas lembrar-se do quê?

Em *Pessach*, a Páscoa judaica, lembramos da saída do Egito, quando os hebreus escaparam da escravidão imposta pelos faraós. Durante o jantar, lemos em voz alta: "por amor à nossa redenção, pronunciamos em conjunto as palavras que desde a Antiguidade nos unem com nosso próprio povo e com todos os necessitados, com os presos em injusto cativeiro e com o mendigo nas ruas. Pois nossa redenção é vinculada à libertação de pessoas presas em todos os recantos da terra."

Zakhor, "lembre-se", cria uma relação intrínseca com o presente. *Zakhor* é sentir como se cada um, aqui, fosse um escravo fugido do Egito. Cada um aqui deve lembrar para sentir. Sentir a dor de ser perseguido, oprimido, desrespeitado, anulado. Por sermos judeus, por sermos negros, pobres, LGBTs, mulheres, indígenas. Que a memória das injustiças no passado seja sempre o motor da luta contra as injustiças no presente. Enquanto judias e judeus, é impossível relevar quando um candidato à Presidência da República vocifera contra minorias, propõe o armamento massivo do país e elogia os torturadores da ditadura.

Lembremos que, além das vítimas diretas da ditadura, o trauma da violência atravessa gerações. Quando era apenas um bebê, de 1 ano e 8 meses, Carlos Alexandre de Azevedo foi torturado na frente de sua mãe pelo Coronel Carlos Brilhante Ustra. Aquele bebê, já adulto, suicidou-se em 2013. Para Jair Bolsonaro, Ustra é um herói. Eduardo Bolsonaro, seu filho, eleito deputado federal, celebra, com o rosto de um homem que torturou bebês estampado na própria camiseta. Com a camiseta, circula pelos corredores da Câmara dos Deputados. É inaceitável. É ultrajante. É criminoso.

É inadmissível incitar a violência contra qualquer grupo da população: isso transgride o pilar da democracia. Neste momento de crise econômica e de caça a bodes expiatórios, os primeiros corpos atacados pelo ódio, não por acaso, são os mesmos que, há 27 anos, são alvo do discurso violento de Bolsonaro: as minorias, a mulher, o negro, o homossexual, o transgênero. Bolsonaro construiu toda sua carreira política com base na intolerância. É inadmissível eximi-lo de responsabilidade pelas violências que estão sendo cometidas hoje em seu nome. Môa do Katendê foi assassinado na Bahia. Suásticas proliferam-se pelos muros, portas e nos corpos. Quem faz da violência um exemplo não merece ocupar posições de poder em uma democracia. A humanidade já viveu mais de uma vez as consequências do ódio no poder. Nunca mais.

Esse manifesto é escrito por judeus e judias que se preocupam com o atual cenário político.
Em um momento em que a memória dos campos de concentração, da ditadura e da tortura parecem tão distantes, em que torturadores são elogiados por políticos e aplaudidos por parte da população, zakhor, "lembre-se", converte-se em um verdadeiro compromisso político. Lembre-se da memória das vítimas do nazismo: judeus, ciganos e homossexuais.

Lembre-se da memória das vítimas da ditadura. Lembre-se daqueles que foram assassinados e torturados por suas ideias e compromissos com os direitos humanos. Lembre-se de Vladimir Herzog, o Vlado, jornalista, professor e dramaturgo brasileiro.

Judeu, nascido em 1937 na então Iugoslávia, sua família imigrou para o Brasil nos anos 40 fugindo do nazismo. Foi diretor da TV Cultura e defensor dos direitos humanos e da democracia. Foi preso, torturado e assassinado pela ditadura civil-militar no dia 25 de outubro de 1975. Foi ontem... mas parece que poderia ser amanhã.

Completam-se em 2018 os 43 anos de sua morte.

Hoje, somos todas e todos Herzog.

Somos judias e judeus que morreram na luta contra a ditadura.

Somos Iara Iavelberg,
Somos Ana Rosa Kucinski,
Somos Maurício Grabois,
Somos André Grabois,
Somos Chael Schreier,
Somos Gelson Reicher,
Somos Pauline Reichstul,
Somos José Roberto Spiegner,

Somos elas e eles,
Judeus e não judeus,
Mulheres e homens,
Negros e brancos,
Indígenas e não indígenas,
Homossexuais e heterossexuais,
Transgêneros e cisgêneros.
Somos aquelas e aqueles que morreram por defender ideais de liberdade.

Hoje, assistimos atônitos à possibilidade de volta do autoritarismo;
Hoje, estamos mobilizados contra as falas de ódio, que elogiam a tortura, que promovem a homofobia, o racismo, o machismo e a misoginia; Hoje, nos opomos à militarização como projeto de governo;
Hoje, lutamos por uma sociedade mais justa.

Somos Marielle Franco,
Somos Môa do Katendê.

Hoje, lembre-se!
Somos Herzog.

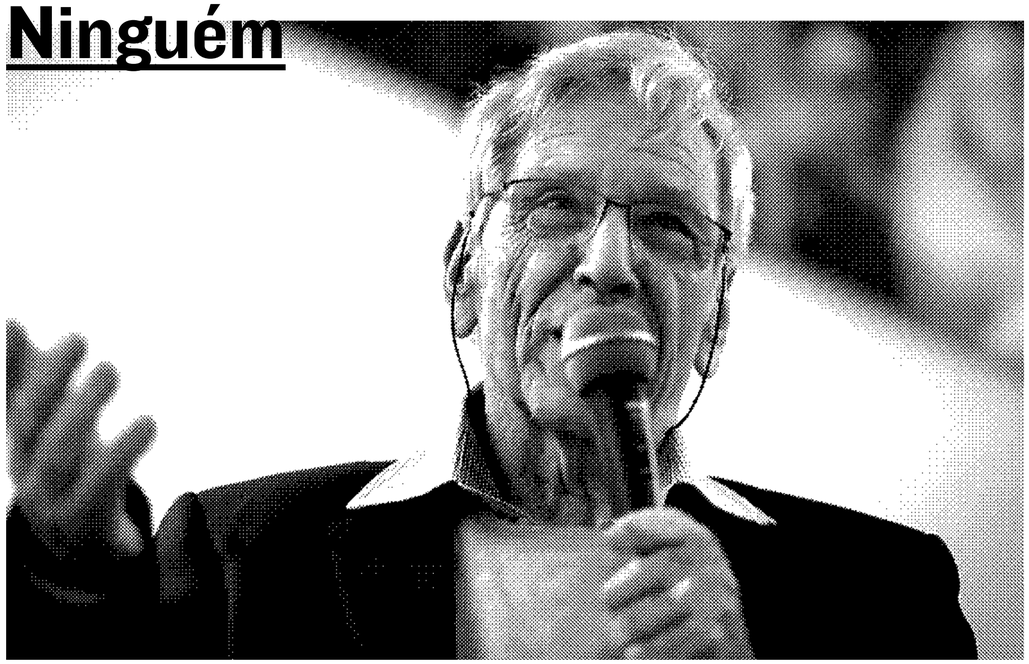
Herzog? Presente!

*Esse grupo nasceu de uma frente democrática durante as eleições de 2018 na organização de um ato em homenagem ao Vladimir Herzog e a todas as pessoas que ele representa. Reúne judias e judeus, a maioria residente em São Paulo. Somos um agenciamento coletivo, horizontal e autônomo. Pretendemos criar um novo espaço de diálogo dentro e fora da comunidade judaica brasileira.

Ninguém está imune ao fanatismo[1]

Por Amós Oz

Introdução Por Ricardo Teperman



Amós Oz na Casa do Povo no dia 24 de junho de 2017.

Fotografia: Acervo Companhia das Letras

Na pequena antessala transformada em camarim, Amós Oz observava o teto sem forro e as paredes descascadas, em meio a mesas cheias de papéis. Sua visita à Casa do Povo, em 24 de junho de 2017, devia-se ao lançamento de *Mais de uma luz – fanatismo, fé e convivência no século XXI*, o décimo nono título de Amós publicado pela Companhia das Letras e o primeiro que tive a honra de editar. Seus olhos azuis turquesa faiscaram ao dizer: "Esse lugar me faz pensar na redação de um jornal na Tel Aviv dos anos cinquenta. Me sinto totalmente em casa".

Talvez ele pensasse no *Davar*, jornal ligado ao partido trabalhista em Israel, no qual publicou seus primeiros artigos, pouco antes de estrear como ficcionista. Foi no *Davar*, em 1961, que Amós ousou responder criticamente a um texto de ninguém menos do que David Ben-Gurion.[2] O primeiro-ministro havia publicado um artigo dizendo que não havia nem poderia haver igualdade entre as pessoas (embora fosse possível existir alguma forma de cooperação). Ao ter seus argumentos contestados, o líder deu-se ao trabalho de treplicar com um longo artigo. Não contente, convidou o jovem polemista a visitá-lo em seu gabinete – para espanto absoluto do autor e de seus companheiros *kibutzim*.

A excitação de Amós no dia desse encontro, tal como relatada por ele em sua obra-prima *De amor e trevas*, é em alguma medida comparável à das pessoas que lotaram a Casa do Povo naquele sábado em 2017. Amós atravessou o salão e postou-se numa mesa ao fundo, logo abaixo da escada. A densidade do ar era tamanha que se podia tocá-lo. O escritor falou por cerca de meia hora e respondeu a perguntas por mais trinta minutos, depois dos quais autografou um sem número de livros, numa tarde memorável. Publicada agora em *Nossa Voz*, sua fala sobre o esquecimento como origem do fanatismo revela-se espantosamente atual.

Casa do Povo!

Gut shabes![3] *Sholem aleichem*![4]

Que prazer estar aqui.

Que maravilhoso ouvir essa apresentação calorosa do meu querido amigo Luiz [Schwarcz]. Poderia ficar aqui a noite toda ouvindo você me apresentar e ainda me divertir...

Eu me sinto em casa. Eu realmente me sinto em casa aqui. Aqui é o lugar certo para começar uma revolução, ou, pelo menos, como disse minha amiga Lilia [Schwarcz],[5] o lugar certo para planejar a revolução. Porque é sempre mais agradável planejá-la do que executá-la.

Caros amigos,

Estou vindo de um país muito conturbado para outro país também muito conturbado. O mundo está se tornando mais sombrio. Quando eu me pergunto o porquê, qual o principal motivo para o fato de que nossos mundos tornam-se mais nublados e mais escuros, penso que um dos motivos principais é que todos nós nos afastamos mais e mais dos horrores do século XX. Nós esquecemos. E, se nós não esquecemos, nossos filhos e netos estão começando a esquecer. Eu acredito que, sem querer, Hitler e Stalin deixaram às duas gerações seguintes um presente incrível. Eles nunca pretenderam nos dar um presente, mas acabaram dando. Durante cinquenta ou sessenta anos, muitos milhões de pessoas no mundo todo sentiram medo do fanatismo, medo do racismo, medo do ódio cego e do radicalismo irrestrito. Esse era o presente que Hitler e Stalin nos deram, involuntariamente. Mas esse presente está se aproximando da sua data de validade.

As pessoas não têm mais medo de ser descaradamente racistas, descaradamente fanáticas, descaradamente extremistas, descaradamente violentas e cheias de ódio. E o ódio se manifesta de formas diferentes, de diversas maneiras, em diferentes partes do mundo. Há uns quinze anos, Samuel Huntington descreveu o novo século – o século XXI – como um choque entre civilizações. Leste e oeste, islã e cristianismo, democracia e fanatismo religioso. Isso era muito simplista e se tornou mais simplificado por alguns leitores de Huntington, e ainda mais simplificado por pessoas que nunca sequer o leram, mas ouviram alguns boatos. Transformaram sua mensagem num filme de faroeste, como os de Hollywood – mocinhos e vilões. Os muçulmanos seriam os novos malvados. O Ocidente seria o mocinho. Mas não é isso que acontece, senhoras e senhores, de jeito nenhum. A verdadeira síndrome dos nossos tempos é a batalha entre fanáticos e o resto do mundo. E os fanáticos aparecem sob muitas formas, em diversas cores, com diversos slogans, em numerosas manifestações. Sim, existem fanáticos muçulmanos violentos mas existem antimuçulmanos fanáticos e violentos, islamofóbicos. Existe uma nova manifestação de fanatismo cristão nos Estados

"A verdadeira síndrome dos nossos tempos é a batalha entre fanáticos e o resto do mundo"

"Eles estão tentando mudar o outro para seu próprio bem"

Unidos da América, na Rússia, em muitos países do Leste Europeu e provavelmente neste país aqui. Existem manifestações chauvinistas de fanatismo religioso judaico em Israel e em outros lugares. E também existem outras formas de fanatismo: fanatismo radical, violento, revolucionário e odioso. Conheço pessoas que são tão fervorosamente não fumantes que queimariam vivo quem acendesse um cigarro perto delas. Conheço alguns vegetarianos que são tão fervorosamente vegetarianos que comeriam vivo quem comesse carne. Conheço alguns antifanáticos que estão dispostos a matar imediatamente todo e qualquer fanático, sem qualquer julgamento.

É um germe muito perigoso, um micróbio muito poderoso. Penso muito nisso. Não apenas nos meus ensaios e artigos, incluindo o meu mais recente livro, recém-publicado pela Companhia das Letras sob o título de *Mais de uma luz*. A questão do fanatismo não me sai da cabeça porque a vejo em todo lugar, entre os jovens, entre os jovens idealistas, vejo-a até em pessoas cuja posição política é aparentemente parecida com a minha, com a diferença de que eu sou muito cauteloso e cético, e elas não. Então existe uma síndrome do fanatismo. Se vocês prometerem encarar o que eu vou dizer com um pouco de humor, sem interpretação literal, direi que acho que, pelo menos em princípio, eu até conheço o antídoto, o remédio contra o fanatismo: esse antídoto é o senso de humor. Nunca vi um fanático com senso de humor. Com sarcasmo, sim. Mas certamente não um humor dirigido a si mesmo. O tipo de humor judaico, a capacidade de rir de si mesmo. A habilidade de rir de si mesmo é a capacidade de ver a si mesmo como os outros o veem. Ser capaz de se ver da maneira que os outros o veem é uma maravilhosa imunidade ao fanatismo. Se eu pudesse condensar o senso de humor em cápsulas e distribuí-las aos milhões, criando uma imunidade em massa ao mal de nossos dias, ao fanatismo, eu provavelmente mereceria um prêmio Nobel, não em literatura, mas em medicina.

Mas então eu me dou uma advertência muito severa. Olhem para mim, estou tentando convencer outras pessoas a usarem a minha prescrição, as minhas cápsulas, para o próprio bem delas, e isso é exatamente o que os fanáticos estão tentando fazer. Eles estão tentando mudar o outro para seu próprio bem. Muitas vezes os fanáticos são grandes altruístas. Eles te amam. Eles querem mudá-lo para o seu bem. Eles querem curá-lo de seus maus hábitos de oração, ou não oração, de suas ideias perigosas, de seus hábitos de alimentação ou de fumo, de seus hábitos eleitorais, para o seu próprio bem. Eles sabem o que é bom para você mas você não sabe. Eles têm mais interesse em você do que neles mesmo. Daesh te ama. Al Qaeda luta para o seu bem e te mata para seu bem, porque eles realmente acreditam que materialismo, hedonismo, promiscuidade, liberdade e diversidade sexual são doenças terríveis e as vítimas dessas doenças nem sabem o quão doentes estão. Às vezes uma pequena dose de violência é um despertador. Então de vez em quando eles os bombardeiam para salvar suas almas. Um dia você vai agradecê-los por isso! Essa é a mente do fanático: ele ou ela é o seu pai ou sua mãe e você é a criança indefesa que precisa ser resgatada.

Eu vi isso de perto. Faz parte da minha biografia. Quando criança, eu era um pequeno fanático. Em muitos dos meus livros, inclusive em meu livro mais recente, *Judas*, escrevo sobre pessoas que acreditam fortemente no que eu não acredito. Elas acreditam no amor universal. Eu, não. Sou pragmático. Eu não acho que todos os seres humanos podem amar todos os seres humanos. Isso não quer dizer nada. Se alguém te fala que ama a América do Sul ou que ama o terceiro mundo ou o sexo feminino, isso não é amor mas um *slogan*. O amor é um sentimento íntimo. Somos capazes de amar 5 ou 10 pessoas, 15 no máximo. Para além disso, não é amor. É outra coisa. É algo muito positivo mas não é amor. A ideia do amor universal é sentimentalista e às vezes perigosa, porque quando uma pessoa descobre que não é possível forçar as outras pessoas a amá-la, pode resolver matá-las. O fanático quer pular no seu colo porque ele te ama e quer te mudar. Mas se você se provar irredutível, ele vai pular do seu colo para a sua garganta – lugares topograficamente próximos. Devemos ser cautelosos quando falamos sobre a política, sobre a necessidade de mudança política imediata, quando falamos da necessidade de lutar pelos nossos valores, pelo humanismo, pela tolerância, pelo pluralismo, pela paz, pelo bom entendimento entre as pessoas, pela justiça social. Quando falamos da necessidade de lutar pelos nossos valores, devemos nos lembrar que nossa própria batalha não está imune ao fanatismo. Tenho amigos e companheiros pacifistas que me dariam um tiro na cabeça porque penso em uma estratégia diferente da deles em relação a como fazer as pazes com os palestinos.

Ninguém é imune ao próprio fanatismo, nem meu país, nem meu povo, nem minha sociedade, nem meus companheiros, nem eu mesmo. É um germe perigoso. Seria bom começar procurando esse germe em nossas próprias famílias: a maneira como tratamos nossos filhos, filhas, maridos e mulheres. Será que às vezes não tentamos mudá-los para seu próprio bem? Será que às vezes não os forçamos a aceitar o que não querem pelo seu próprio bem? Será que às vezes não damos socos emocionais na cara deles pelo seu próprio bem para salvá-los de si mesmos? Essa necessidade de salvar as pessoas de si mesmas pode se tornar fanatismo, mas nem sempre. É legítimo tentar mudar a mente e os sentimento de pessoas à minha volta. Durante toda minha vida sempre tentei mudar a mente e os sentimentos de mulheres em relação ao que achavam de mim e isso nem sempre funcionava. Então é legítimo tentar mudar os demais mas sem forçar ninguém, sem pressão física ou emocional e sem chantagem.

Eis um ponto que queria compartilhar com vocês. Quando escrevo sobre Jesus e Judas no meu último romance, Jesus acredita no amor universal, Abravanel acredita numa irmandade universal, mas eu não. Eu acredito na coexistência pragmática, em soluções pragmáticas. Meus personagem muitas vezes acreditam em salvação, mas eu não. Acredito em soluções e soluções são imperfeitas por natureza. Soluções são soluções temporárias. Não vão durar para sempre. Quando escuto palavras como "nunca", "sempre", "por toda a eternidade" proferidas por um político nosso, por um líder mundial, por um ideólogo ou por um líder religioso... eu tremo. Porque sei que essas palavras contêm potencialmente uma ameaça mortífera. A violência não se dá apenas no plano físico, com guerras e atentados, mas também por meio de pequenas agressões verbais do cotidiano.

Agora algumas palavras sobre o meu país que está sangrando. Vocês conhecem o de vocês. Mas, do meu país sangrando, Israel, todos vocês ouvem más notícias o tempo todo. Mais ódio, mais racismo, mais intolerância, mais fanatismo, mais assentamentos judaicos na Cisjordânia, mais radicalismo, mais pessimismo. Mas deixem eu lhes dar as boas notícias para mudar. Essas más notícias estão corretas, algumas vezes exageradas, mas estão certas. Deixem-me lhes dar as boas novas, ou seja, as notícias que vocês nunca escutam ou acompanham em suas mídias, que vocês nunca leem em suas imprensas porque boas novas não são exatamente notícias. São processos. São processos em evolução.

"Nunca vi um fanático com senso de humor."

Amós Oz na Casa do Povo no dia 24 de junho de 2017.

Fotografia: Acervo Casa do Povo

“Precisamos deixar israelenses e palestinos se tornarem bons vizinhos de porta”

80% dos judeus israelenses não visitaram a Cisjordânia nos últimos 30 anos, nem nunca pisaram lá. Isso não significa que eles têm vontade de devolvê-la aos palestinos, mas eles não vão até lá. Eles não têm nenhuma relação prática, emocional ou ideológica com esse lugar. Eles simplesmente se agarram aos territórios ocupados da Cisjordânia sobretudo porque se sentem inseguros, porque não querem ser enganados novamente, porque sentem que, assim como na retirada unilateral israelense de Gaza durante o governo Sharon, uma retirada da Cisjordânia vai levar Israel a sofrer mais ataques de mísseis. Isso é uma apreensão legítima com a qual precisamos lidar e que precisamos debater seriamente. Mas o ponto central é que os israelenses, em sua maioria, não nutrem um fanatismo sobre essa terra. Salve uma minoria, a resposta é não. Outra boa nova. Do lado palestino, a grande maioria dos árabes palestinos não são pró-Hammas, nem pró-ISIS. Desesperados, sim, ou próximos do desespero. Pessimistas, sim. Com medo do futuro, sim. Oprimidos e humilhados sob a ocupação israelense, sim. Mas a maior parte deles sabe, no fundo de seus corações, que, afinal, essa casa – Israel/Palestina – precisa se tornar uma unidade de duas famílias: Israel na porta do lado da Palestina. Não existe alternativa para essa solução. Ela não é ideal. Não é o paraíso.

Alguns grandes idealistas, até mesmo em Israel, acreditam que israelenses e palestinos deveriam esquecer o passado, tornar-se um país, uma nação – integração e ônibus amarelos, saltando juntos para uma cama de lua de mel e começando a fazer amor e não a guerra. Isso é muito bonito, mas depois de cem anos de violência, ódio, sangue derramado e provocações, você não pode saltar para uma cama de lua de mel e começar a fazer amor. Não funciona assim. Se alguém com bom senso tivesse proposto, em 1945, logo depois da queda de Hitler, “Vamos transformar a Alemanha e a Polônia em uma única nação com ônibus amarelos, integração, amor e não guerra”, teriam colocado essa pessoa em um hospício. Isso pode acontecer cinquenta anos depois, com as fronteiras abertas e o mercado livre... mas é preciso dar um passo após o outro.

Antes de mais nada, precisamos deixar israelenses e palestinos se tornarem bons vizinhos de porta, para poderem se falar “bom dia” no hall de entrada quando se encontrarem. Chega de violência. Sejam educados. Depois, deixemos que se convidem uns aos outros para tomar café e contar piadas sobre o estúpido passado. Depois talvez tentar cozinhar juntos as refeições em uma cozinha comum, o que significa, para mim, uma economia compartilhada. Depois o próximo passo pode ser uma espécie de federação, um tipo de mercado comum do Oriente Médio. Por que não? Mas é preciso dar um passo após o outro. Um passo após o outro e com cautela. Sejamos pragmáticos e realistas como o são os bons médicos de família. Vamos tentar cuidar das feridas não a partir de um milagre emocional mas por uma solução prática e imediata que consiste em uma solução com dois Estados e então seguir a partir daí.

Para finalizar, já que prometi comentários curtos, considerando principalmente que muitos de vocês estão de pé – sei que os mais jovens estão de pé e os mais velhos, tirando eu, estão sentados, mas serei breve. Deixem-me fazer um comentário a respeito da minha escrita antiga, dos meus romances antigos. Quando desejo expressar meu pensamento a respeito do Estado de Israel, a respeito do estado do povo judeu, a respeito da importância do judaísmo na minha vida, a respeito da minha própria concepção do judaísmo como cultura e não apenas como religião ou como uma nacionalidade, mas sim como cultura e como umas das grandes culturas do mundo. Quando eu quero estabelecer meu ponto de vista a respeito de fanatismo e da tolerância, a respeito do pragmatismo e do messianismo, eu não escrevo romance, eu escrevo ensaios ou uma coletânea de ensaios e meu querido amigo Luiz [Schwarcz] e a Companhia das Letras são os primeiros, além de Israel, a publicar meu livro e tenho orgulho de dizer isso. Esse livro está sendo traduzido em 25 línguas, mas o português do Brasil é a primeira, graças à Companhia.

Quando escrevo um romance, não se trata de fazer uma declaração. Eu tento atiçar a sua curiosidade sobre como seria ser outra pessoa. Como seria estar na pele de outra pessoa ou usando os sapatos de uma outra pessoa. Eu acredito que isso tem um certo valor moral. Todos nós sabemos que a curiosidade é uma pré-condição do pensamento. Você não pode renovar, inventar ou mudar qualquer coisa no mundo se você não tiver uma grande curiosidade intelectual. Mas acredito que essa também é uma virtude moral. Escrevo para atiçar sua curiosidade em conhecer o lado interno de outras pessoas. Acredito que a pessoa curiosa é um melhor pai ou uma melhor mãe do que a pessoa não curiosa, um melhor companheiro ou uma melhor companheira. Pois pessoas curiosas às vezes se perguntam: o que seria de mim se eu fosse ele ou ela? Não para estender o outro lado do rosto, não para se apagar ou se sacrificar – apenas para imaginar como é ser outra pessoa. Não riam. Acredito que posso provar que uma pessoa curiosa é até melhor motorista, na medida em que ela se pergunta o que aconteceria se o motorista desastrado na outra faixa ou na faixa da frente pode fazer no próximo segundo. Enfim, desconfio que os curiosos são melhores amantes do que pessoas sem curiosidade. Sei que o público gostaria que eu desse exemplos específicos, mas, ao mesmo tempo, está cedo e tarde demais para isso. Vocês terão que procurar isso nos meus livros.

Muito obrigado pela sua curiosidade, atenção e senso de humor.

■

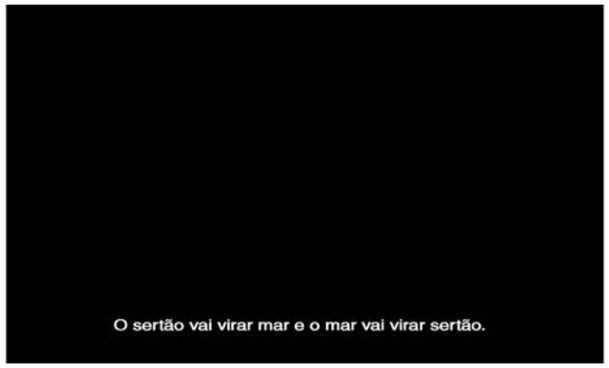
Amós Oz nasceu em Jerusalém, em 1939. Desde os anos 1960 tem se dedicado a uma extensa produção literária, que inclui romances, ensaios e críticas. Como escritor e ativista político, é o intelectual israelense mais renomado de nossos dias. [via Companhia das Letras]

Ricardo Teperman é doutor em antropologia pela USP e editor na Companhia das Letras.

BREVE GERAL I

Breve Geral é um ensaio de imagens, frames e falas apropriadas de filmes. Esta seleção foi feita pela artista Luisa Doria em resposta a provocação: por que ainda não fizemos uma greve geral?

Estas imagens buscam propor uma reflexão sobre o tempo em que vivemos, de súbitas mudanças, sejam elas políticas, climáticas ou de ânimos em relação ao futuro.



Cenas dos filmes *Summit of the Mount Agugung* de Banbang Suryobroto, 2015 e *O Sétimo Selo*, de Ingmar Bergman, 1957

1968, 2013, 2015-2016:

Revoltas Totais?

1968, 2013, 2015-2016. Disrupções passageiras mas que perduram por deslocarem poderes, valores e hábitos predominantes, por questionarem autoridades e pôr em xeque hierarquias de todos os tipos. Explosões de vida e experimentação, nas quais novos desejos, aspirações e conexões brotam e desabrocham, viralizando o dissenso, afirmando singularidades.

Chamamos para uma conversa quatro pessoas que participaram desses levantes e ativaram corpos descolonizadores. Zé Celso, veterano antropófago e uma das potências criativas de 1968 (até hoje) no Brasil, com o Teatro Oficina e em particular com as montagens lendárias e impactantes de *O rei da vela* (1967) e de *Roda viva* (1968). Mayara Vivian, então militante do Movimento Passe Livre (MPL), disparador fundamental da faísca de junho de 2013 que contagiou o país inteiro e inspirou várias mobilizações desde então, dentre elas as ocupações secundaristas, entre 2015-2016, em diversos estados. Como desdobramento, surge em São Paulo, a coletivA Ocupação, formada por jovens que participaram dessas ocupações e onde atuam Letícia Karen e Ícaro Pio.

Nesse encontro de gerações, nessas trajetórias e vidas, entrelaçam-se, mesclam-se, confundem-se política e cultura, lutas e criações, corpos e espíritos insurgentes. Quem algum dia pretendeu separar essas esferas? A revolução é uma *eztetyka* (Glauber Rocha). Política é criação – “o trabalho criador propõe uma nova sociedade” (Hélio Oiticica). Fizemos três perguntas para os quatro participantes. Conectados a revoltas que praticam transformações e privilegiam fazeres, aqui e agora.

Em vez das perguntas, Zé Celso irrompe com uma intervenção ao final da conversa. Como pixado em certos muros parisienses nesse ano comemorativo: *fuck may 68, fight now!* [foda-se maio de 68, lute agora!]

Jean Tible

Entrevista por Jean Tible

Respostas de Mayara Vivian, Letícia Karen e Ícaro Pio

Intervenção de Zé Celso Martinez Corrêa

Protesto de junho de 2013.

Foto: Mídia Ninja

Essas explosões seriam revoltas totais (no sentido de alargar e ampliar os sentidos do que pensamos como “político”)? Seriam rebeliões não só políticas na concepção mais restrita, mas também existenciais (ao afirmarem e buscarem construir novos mundos e novas propostas de vida)?

Mayara Vivian: A luta contra o aumento que tocamos em 2013 tinha alguns objetivos principais, dois deles intrinsecamente ligados à estratégia de barrar o aumento de tarifas: uma das principais metas, pelo menos pra mim, era espraiar e fortalecer a cultura popular de **autonomia** e **ação direta**.

Isso pôde ser sentido ainda durante a jornada, sendo parte fundamental daquela vitória. Sinto que muitos passaram a se apegar ao *turning point* da imprensa, que buscou se apropriar daqueles levantes e ressignificá-los de acordo com o seu mau gosto, ao ver que não seria mais viável simplesmente demonizá-los.

Essa foi uma virada difícil de rebater por uma série de fatores que são alvo de debate até hoje, e que também veio acompanhada de uma inabilidade de certos setores da esquerda ao se ater a posturas puristas e sectárias, quando não antipopulares, afastando-se tanto dos setores autônomos que protagonizaram o início daquelas lutas quanto das pessoas que, fora do restrito setor da esquerda organizada, iam às ruas com mais vigor do que clareza. E assim fomos ficando ainda mais pra trás nessa disputa tão desigual entre nós e a grande mídia, elite preservada de um processo de democratização tão urgente.

Mas ao mesmo tempo que olhar pra essa guinada da imprensa é importante para entendermos o processo, penso que houve uma virada positiva fundamental e para a qual deixamos de olhar (principalmente a esquerda burocrata que nega as lutas autônomas de 2013 e de outros anos): as pessoas se apropriaram tanto do *lutar* que muitos atos e mesmo campanhas passaram a ser chamados por “pessoas simples”. Sim! Aquela gente estranha que pega ônibus cheio de manhã e que você olha feio porque em nada se parece com seus amigos universitários dos bares da Vila Madalena... pois é. Ninguém autorizado pela cúpula, ninguém que você tenha no seu face.

POTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

NOSSA VOZ À CASA DO POVO

MINHA VOZ HOJE : DEPOIS Q O GOLPECHEAMENT NA CARNE DE NOSSA SAUDE, ESTÔMAGO, BOL$O, VIDA SOMENTE AGORA NA PRECARIEDADE RADICAL , CONSEGUIMOS COMEÇAMOS Á ENSAIÁR AGORA, AS 20h: "RODA VIVA 2018" CHICO 24 ANOS + CHICO 74 ANOS :

O GENIO DAS CARAVANAS, NO TEATRO OFICINA PARQUE DA TERRA DO BIXIGA A PERÍGO.

OS DIREITOS MAIS Q HUMANOS FORAM GOLPEADOS DIRETAMENTE NO NOSSO CORPO DE HUMANOS, TRANS HUMANOS, ANIMAIS, VEGETAIS,MINERAIS:O CORPO COSMO POLÍTICO: CORPO ATRIZ, ATOR, MUSICX... A PROPRIA DIFICULDADE DE UMA

GREVE GERAL

NO BRASÍL É SENTIDA POR NÓS NO OFICINAUZYNAUZONA NA DIFICULDADE DE ESTARMOS JUNTOS NOS 40 DIAS DE ENTREGA Q OS ENSAIOS PRA PRODUZIRMOS A MATÉRIA VIVA DA CRIAÇÃO DESTA

RODA VIVA

EXIGEM.

Protestos de Junho de 2013.

Foto: Mídia Ninja

Letícia Karen e Ícaro Pio: Com absoluta certeza essas revoltas são "revoltas totais". Se tomarmos como exemplo a experiência da ocupação das escolas em 2015 e 2016, podemos hoje lançar olhar sobre a totalidade desse acontecimento. Ao criarmos uma cartografia do que foi e é este movimento, percebemos que, por parte principalmente dos estudantes, mas também dos professores e da comunidade, houve uma ressignificação total do espaço da escola. A partir da subversão da estrutura de relações, quem antes era visto como objeto – sempre em posição passiva, sempre na base e à margem da hierarquia –, passou a atuar de forma ativa, de modo a explicitar que para a escola se constituir como espaço de formação era necessário entregá-la às mãos dos principais agentes de sua constituição, os estudantes. A partir da substituição de uma burocracia institucional por uma organização autônoma e horizontal, as ocupações foram solo fértil para um modelo de autogestão responsável pela transformação da categoria estudantil.

A partir dessa transformação, que coloca os estudantes como agentes de potência combativa, vimos uma situação inerente de retomada das ruas, disputa de narrativas com as mídias burguesas e confrontos com o poder de violência estatal (PM) – que se deu tanto nas manifestações de rua pela cidade, quanto nas próprias ocupações dos prédios públicos onde funcionavam as instituições de ensino.

A questão das ocupações em relação às "rebeliões existenciais" tomam corpo quando, durante e após a experiência, encontramos uma série de propostas que constituem uma ideia contemporânea de educação libertária, onde, por exemplo, vemos o conteúdo das salas de aula sendo remodelado para um espaço de discussão e reflexão política, fugindo de qualquer hermetismo ou anacronismo.
A relação de estudante e professor passa a ter sua cordialidade questionada em vista de uma relação que valoriza a troca e a horizontalidade em detrimento das relações de poder. A sala de aula se transforma em espaço de formação mútua, o questionamento de normas burocráticas que regem o ambiente escolar, bem como as próprias normas, acabam tornando a escola um espaço a par da comunidade e da cidade. A subversão e questionamento de todas essas relações pelo movimento estudantil trouxe aos estudantes e à sociedade em geral uma inquietação já sentida por todos perante a inutilidade do modelo social posto. Era preciso buscar o novo, e o novo bradava ao lado, com cartazes e gritos de mudança. É possível concluir, portanto, que, para chegarmos às tão sonhadas revoluções, é preciso, primeiramente, desmantelar as relações de poder que diariamente nos doutrinam ao poder maior.

TODOS NÓS, O ELENCO TENDO DE NOS VIRAR ,FAZENDO BICOS. ASSIM COMO TODAS MULTIDÕES DESEMPREGADAS.

PRA MIM

DÓI

NÃO ESTAR EM CENA, POIS O TEATRO BRAZILERO,MULDIAL ESTÁ NOVAMENTE POTENTE, RESPONDENDO COM UMA PRIMAVERA CULTURAL Q PODE EXTRAVAZAR Y NÃO DEIXAR ESTE 2018 TERMINAR COM UM AI-5.

QUASE IMPOSSÍVEL, MAS NÓS POVO GOLEADO NO BRASÍL, PODEMOS CRIAR A PRIMAVERA BRAZILERA DE 2018/19.

POTÊNCIAS E RESISTÊNCIAS

O imaginário das transformações está muito ligado à ideia de revolução, de mudanças radicais e abruptas. Contam sobre o episódio do duque francês em resposta ao rei, que lhe perguntou se no dia 14 de julho de 1789 o que ocorria era uma revolta. O duque responde que não, que se tratava de uma revolução. Contam que, em Nanterre, em 1968, alguém perguntou se aquilo era uma revolução e a resposta teria sido: não, é uma mutação. Como vocês veem 1968, 2013 e as ocupações nesse contexto? Teriam mais a ver com uma compreensão do feminismo e abolicionismo como revoluções de outro tipo (mais lentas, mas ao mesmo tempo mais duradouras)? Como pensar as mudanças que esses processos desencadearam? Quais suas consequências para a sociedade como um todo e para a esquerda? Foram derrotas? Vitórias? Ambas? De que forma isso se deu? Mudaram paradigmas? Quais? Anunciaram novos tempos?

Protestos secundaristas em 2015.

Foto: Laura Viana

MV: Muita gente deixou de esperar que sujeitos específicos, *malas* que mais se sentem legítimos do que são, chamassem as ações necessárias. Deixou de esperar o recorte adequado de pautas julgadas mais pertinentes pela coordenação de tal ou tal grupo, ou saber se era o momento que a dirigência achava sóbrio... Muita gente passou a se organizar e deixar de ser organizado.

Nos anos seguintes nos surpreendemos com iniciativas locais de luta por transporte que acionavam o Movimento Passe Livre. Essas iniciativas já estavam organizadas e com atos marcados. Outras lutas passaram a radicalizar suas ações, ocupar ruas, fechar estradas. O que antes era loucura do ponto de vista tático passou a ter um nome mais apropriado: ousadia. E os coletivos que se apropriaram desse movimento lograram conquistas e fortalecimento de suas lutas. Mesmo nos bares, quem só falava sobre novela e futebol (temas que não devem ser demonizados, não é, gente?) passou a falar sobre política, a debater, a pensar na importância da prática para que as reclamações deixem de ser conversa fiada.

Há uma nova vivência da política em diversos aspectos, pensar politicamente entrou mais para a vida. Reconhecer e se apropriar dessa mudança também é fundamental, pois podemos aprender quais práticas empoderam iniciativas populares de luta. Nesse caso, zelar por uma organização autônoma e radical foi um passo acertado. Para além da propaganda pela ação, mas começando por ela.
E não seria possível, apesar de extremamente desejavel, que com todo o avanço de uma luta anti-capitalista, a direita também não reagisse e não buscasse das maneiras mais sórdidas se apropriar e se fortalecer com esse processo, parte das razões é bem simples. Não existe avanço da esquerda sem resposta da direita.

LK / IP: As experiências citadas (1968, junho de 2013 e as ocupações das escolas) se interligam de forma rizomática. Tais lutas, do nosso ponto de vista, podem sim ser interpretadas como revoltas, nunca devem ser observadas como manifestações isoladas, mas como parte de um todo, de uma teia de movimentações, agitações e explosões que vão tecendo aos poucos a concretização do que então seria o caminho para se chegar à revolução. Considerando que a diferença de tempo-espaço entre um processo político e outro na verdade caracteriza o ritmo do andamento de um processo único de respostas aos ataques do Estado, podemos enxergar que, em um determinado contexto, o que se espera da construção de nossas relações é algo de cunho mantenedor do *status quo*. Qualquer tipo de fricção (dentro dessas relações) que tencione as velhas estruturas vigentes, sabotando, perfurando, remodelando ou atritando os alicerces do sistema acaba se configurando como um ato revolucionário.

A consequência de se ter centenas de escolas ocupadas, dezenas de vias travadas e milhares de estudantes nas ruas, fez com que houvesse um abalo nas estruturas de poder, tal como a emancipação feminina, os gritos contrários ao aumento no busão e os homens e mulheres negrxs assumindo seus cabelos e corpos. Todas essas ações transformam o corpo esperado, elas fogem à norma. Tal como Foucault especifica em sua teoria, a normalização dos corpos é também uma ferramenta de controle, de governabilidade, e o que se pode ver tanto em junho de 2013 quanto nas ocupações das escolas é o reconhecimento da norma e a quebra da mesma. Os cabelos coloridos, as mulheres à frente das faixas e os jograis, os punhos erguidos e as sexualidades assumidas. Todas *revoluções*. Quando o DESgovernador Geraldo Alckmin suspende o projeto de reorganização depois de mais de 55 dias de mobilização, mesmo que naquele momento o pedido dos estudantes fosse a revogação do projeto de reorganização, concretizava-se a prova de que o poder popular tem poder real de transformação quando construído de forma efetiva e combativa, fugindo de melindres e se colocando em lugar de imposição sobre outras forças impositivas.

A retomada das ruas, o aumento de consciência de classe e engajamento, e a denúncia da violência do Estado também foram constituintes determinantes nesse processo que, por conta da renovação de táticas de luta (que até hoje suscitam esperanças e reflexões – e que ao mesmo tempo foram rapidamente respondidas pelo Estado, tanto na disputa do discurso quanto na perseguição dos estudantes participantes do movimento, e na rápida adaptação e respostas às ações de disputa dos espaços físicos) deram caldo, assim, ao que atualmente chamamos de "propagação do conservadorismo". O silêncio após o forte e longo estrondo costuma ter proporções tão descomunais quanto o estrondo...

Outro ponto importante é a insurgência de uma movimentação estudantil predominantemente autônoma, a relação das entidades estudantis com os estudantes sofreu uma mudança drástica. O que então era uma das poucas possibilidades de diálogo com outras categorias e proposição com o Estado passou a ser suplantado por uma nova possibilidade de movimentação estudantil, de organização autônoma que se coloca num lugar pleno de ação frente ao Estado, ocupando e transformando espaços de controle e de opressão em espaços de real formação política. Essa característica de ter como foco a formação, organização e contra-ataque como tática fez com que a luta pela educação tomasse rumos muito mais dinâmicos, obtendo resultados muito mais intensos.

O FATO DO GOLPE ATINGIR OS CORPOS DOS BRASILEIROS DA BAIXA CLASSE MEDIA ATÉ OS DEBAIXO DA PIRÂMIDE Y OS FÓRA DÉLA.(ESTES AUMENTARAM LOGARITIMAMENTE .) ME FAZ SACAR , AGORA, ME PREPARANDO PRO ENSAIO, O Q

O GRANDE PERÉIO

FAZENDO A PERSONAGEM DE

MANÉ,

COLEGA DE CHICO QUANDO ESTUDAVA ARQUITETURA EM SEU IMPROVISO TERMINAVA O ULTIMO VERSO COM :

"A ÚNICA RODA VIVA Q'EU CONHEÇO É O CÚ

O Q ME LEVA Á EQUAÇÃO:

“TODAS TEMOS: MACHOS FÊMEAS” TODXS JUNTOS

O CU ESTÁ NO MAIOR

TABU = CULTURA

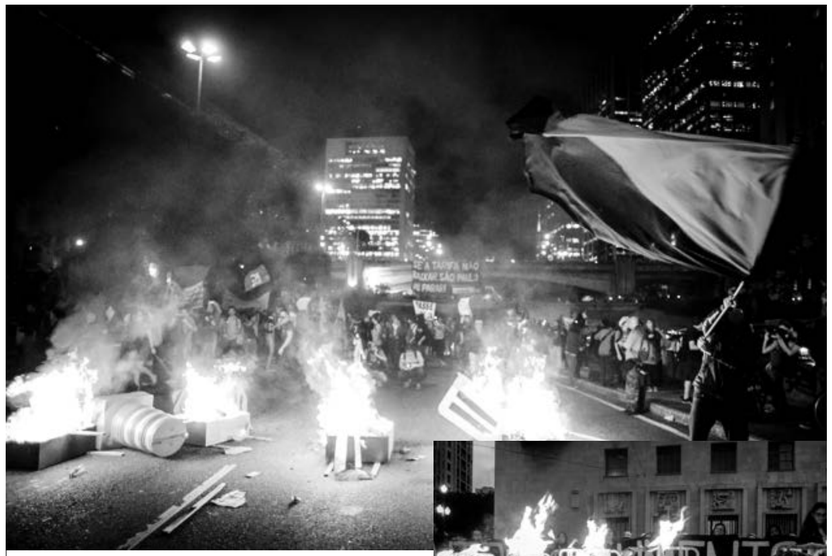
Q DEPOIS DA

TRAGÉDIA DO INCÊNDIO DO MUSEU NACIONAL VIROU TOTEM

CULTURA ERA PALAVRA Q OS PRESIDENCIAVEIS ANTIGAMENTE COLOCAVam EM SEU PROGRAMA DE GOVERNO HÁ ANOS A CULTURA VINHA SENDO ENCOBERTA PELA PALAVRA “EDUCAÇÃO” HOJE RETORNA FORTE POR Q AFINAL A CULTURA É O CULTIVO DA VIDA, SUA INFRA ESTRUTURA, É VIDA AO VIVO, LUTANDO CONTRA PARALISIAS Y ABSTRAÇÕES.

É UMA FELICIDADE GUERREIRA INDESCRITÍVEL Q SINTO HOJE DE IR PRO ENSAIO DE

“RODA VIVA 68” DE CHICO 24 ANUS VIRADA “CARAVANAS POR CHICO 74 ANUS 2018”



Protestos de
Junho de 2013

Foto: Mídia Ninja

Protestos de
Junho de 2013

Foto: Rovena Rosa /
Agência Brasil

A faísca de dois desses processos foi ativada pela repressão (1968 na França, 2013 no Brasil) e também essas explosões foram seguidas de um feroz contra-ataque dos poderes constituídos, durante e sobretudo depois. Os Estados sempre foram policiais, mas isso se reforçou no pós-1968: assassinatos e prisão de militantes, encarceramento em massa dos mal-nascidos e rebeldes, vigilância e espionagem... Como pensar esse enfrentamento com essas forças repressivas? Estávamos prontos? Esperávamos esse grau de violência? Como fazer frente a ele?

MV: O Estado se arma e se organiza de acordo com o tamanho da ameaça que as lutas populares representam e houve um grande salto naquele ano em relação à força dessa ameaça. Além da radicalidade das ações e da massificação, não havia uma liderança que o empresariado ou o Estado pudessem cooptar, até porque o próprio movimento não se colocava numa posição de vanguarda necessária e, àquela altura, ninguém mais estava a fim de ter um mala dizendo o que deve ou não ser feito. A autonomia que estava colocada não era uma pseudo-humildade desta ou daquela liderança, mas uma necessidade estratégica, um objetivo, como colocado no início.

Segundo: havia muito mais gente na rua do que os campos progressistas foram capazes de formar politicamente no período democrático. Enquanto o PT abandonou cada vez mais os trabalhos orgânicos na periferia em prol da estrutura parlamentar/institucional, a maioria dos outros partidos estavam focados nas disputas sindicais e estudantis, num momento em que ter carteira assinada, estar sindicalizado ou estar numa universidade pública já era incomum para a juventude periférica. Não existe vazio político, e se a esquerda não se articulou na periferia, outros setores se organizaram e a referência de boa parte dxs trabalhadorxs passou a ser as grandes igrejas, os noticiários e revistas terríveis que circulam nesse país e pertencem à elite. Os movimentos que se mantiveram envolvidos organizadamente com a periferia, com exceção do MTST, realizam trabalhos menores e pontuais, de acordo com as pernas que tinham.

Um terceiro ponto ainda diz respeito à tão falada fragmentação da esquerda, com destaque do distanciamento do setor que estava no poder... Evidenciou-se nas ruas o desconforto com o pacto de classes, reforçado pela opção, de quem estava no poder, em priorizar o pacto em detrimento das lutas, com direito à lei antiterrorismo! As ruas, entidade mística, estarem contra ou a favor do governo foi também uma opção do governo ao dizer que não estava disposto a reconhecer as reivindicações pra além de uma boa foto pra capa de jornal.

Lugar comum? Sim.
Mas precisa ser retomado.

Como driblar a repressão que se incrementou? Não teoricamente, mas na rua mesmo. NA RUA. Como romper o bloqueio midiático – que conseguimos romper naquele momento, mas, agora que lembramos, como são espertinhos esses da imprensa... –, como combater a apropriação nefasta desses meios? Como preparar nossxs militantes para lidarem com a repressão e todos os tencionamentos da luta sem pirarem? É preciso insistir naquilo que acertamos e não querer fazer algo que já aconteceu (1968, 2013, o que seja), mas construir outro ano para, daqui uns tantos anos, o *Nossa Voz* chamar outras pessoas pra falar sobre 2018, 2020, 2021...

LK/IP: Durante todo o processo póstumo à mobilização, o que podemos perceber é uma resposta rápida e precisa no cerne do movimento por parte das autoridades. Isso revela um acompanhamento muito anterior ao da própria ação. As TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação) engendraram possibilidades infinitas de comunicação e organização, além de darem aos movimentos e à própria polícia uma capacidade surpreendentemente rápida de resposta e vigilância. O que se percebe é a apropriação por parte do Estado e de seu instrumento de controle (polícia) de uso constante da tecnologia a serviço da repressão. Fazer frente a esse processo, em nossa opinião, consiste em inverter totalmente as relações propostas pelas redes, utilizando-as como redes de apoio e aproximação. Subverter, assim como nas relações de poder, as relações criadas na internet. Revisá-las, repensá-las, se é que paramos para pensá-las.

Outro ponto são as diversas ações de resistência e táticas criadas pelo movimento black bloc e o hacktivismo que reúnem ações antes rejeitadas e desmoralizadas por grande parte da esquerda, e que criam táticas de combate e dão verdadeira lição de como resistir aos ataques policiais. A preocupação demasiada intelectual da esquerda deixou à margem os combates de rua, tão importantes para a *retomada* dos direitos. É preciso romper com os poderes estabelecidos, afinal, quando os de baixo se movimentam, os de cima caem.

OS CORPOS ATINGÍDOS DE MULTIDÕES SE REFAZEM JUNTOS EM CARAVANAS TRAZENDO O AR DO COSMOS PRA DENTRO DE NOSSOS CORPOS Y EXPIRANDO DE DENTRO DE NOSSO CÚ, PERÍNEO, PÉS NA TERRA, PELA COLUNA REQUEBRADA KUNDALINI PRO CÓ(S)MICO POLÍTICO

www.letras.mus.br/chico-buarque/as-caravanas/

Zé Celso

LIBIDO AFETO AMOR HUMOR Y MUITO MAIS

10 de Setembro de 2018

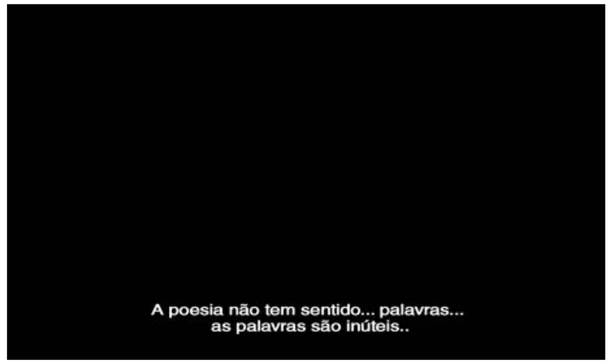
PS-SINTO Q O PRESO POLÍTICO NOSSO AMADO LULA TEM CACIFE PRA PEDIR Á TODOS CANDIDATOS DA ESQUERDA NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL SE UNAM AINDA NO 1º TURNO PRA DETER O AVANÇO DO NAZISMO BRASILEIRO.TODOS ESTARÃO NUM GOVERNO DEMOCRÁTICO DE COALIZÃO Q TERÁ O PODER DE LIBERTAR AS FORÇAS TRANS HUMANAS DE CRIAÇÃO Y PRODUÇÃO DESTE PAÍS GOLPEADO

MERDA

MV: Agora, sinceramente, me pediram para escrever sobre 2013 (ano da serpente, observe), porém me cansa um pouco essa discussão e retomar tantas vezes mais do mesmo. Sinto que estamos patinando em nos aprofundar e complexificar o que já passou, ao invés de planejar o que deve ser feito – e pra ontem!

O avanço representado por 2013 não resolveu problemas, porque avançar numa luta não é resolução, é mais trabalho! 2013 traz desafios novos e agora temos que nos debruçar sobre eles, sobre o que fazer agora, não mais sobre o que foi feito...

■



Cenas do filme *Terra em transe*
de Glauber Rocha, 1967

Ícaro Pio compôs o movimento de ocupação das escolas de 2015 e 2016. Ator, formado pela Escola Técnica de Artes, estuda Artes Cênicas na ECA-USP, é arte-educador no Cursinho Popular de Teatro Heleny Guariba e compõe a coletivA Ocupação.

Jean Tible é militante e professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, autor de *Marx selvagem* (São Paulo, Autonomia Literária, 2018 – 3ª edição) e coorganizador de *Junho: potência das ruas e das redes* (Fundação Friedrich Ebert, 2014), *Cartografias da emergência: novas lutas no Brasil* (FES, 2015) e *Negri no Trópico 23°26'14"* (Autonomia Literária, Editora da Cidade e n-1 edições, 2017). Textos disponíveis em: https://usp-br.academia.edu/JeanTible.

José Celso Martinez Corrêa (Araraquara-SP, 1937) é diretor, dramaturgo, atuador e um dos fundadores do Teatro Oficina. Encenou espetáculos considerados antológicos, tais como *O rei da vela* (1967) e *Roda viva* (1968). Ícone da tropicália, Zé Celso foi um dos líderes do movimento contracultural do Brasil, prejudicado pelo golpe de 1964 e que inclusive provocou a prisão e a tortura do diretor, que, depois de solto, vai para o exílio em Portugal e Moçambique. Na volta, e para além dos anos que se seguiram, Zé Celso continua participando ativamente das insurreições e dos acontecimentos contemporâneos por meio de uma luta de mais de 37 anos, entre Teatro Oficina e o Grupo Silvio Santos, em defesa de um projeto de urbanismo e atletismo afetivo pelas ruas do bairro do Bixiga, onde se localiza a sede da companhia dirigida pelo artista.

Letícia Karen é atriz e performer na ColetivA Ocupação onde atua na peça *Quando quebra queima*. Dentre outras apresentações, participou da MITsp com a performance “Só me convide para uma revolução onde eu possa dançar”. Em 2015 foi representante estadual jovem de direitos humanos enquanto participava do movimento de ocupação das escolas. Sonha em ser historiadora, ama Pagu e Rosa Luxemburgo e adora chutar bomba.

Mayara Vivian tem 28 anos, é anarquista, corinthiana e geógrafa. Participou do MPL desde sua fundação em 2005, mas o vínculo afetivo é pra sempre. Também defende que a Revolução é uma questão de ritmo.

Painel de informações e
arquivo nos Arquivos 5-18.

Foto: Binna Choi

No vácuo do Levante de Gwangju: lutas intermináveis

O que vem a seguir é a conversa entre Binna e Liesbeth (do Bik Van der Pol), a começar pelas lembranças da visita que fizeram à Casa das Mães de Maio.

Bik Van der Pol

Binna Choi é diretora do Casco Art Institute: Working for the Commons, instituição baseada em Utrecht que atua de maneira trans-local. Choi também é professora do Dutch Art Institute. Em 2016, ela foi curadora da 11ª Bienal de Gwangju.

Bik Van der Pol é um coletivo baseado em Roterdã, Holanda, formado por Liesbeth Bik e Jos Van der Pol. Sua produção procura entender como a arte pode agir na esfera pública. Por meio de uma série de ações, cria estratégias comunicativas que investigam histórias de pessoas e lugares.

Sobrevivendo a momentos sem precedentes de transição e incerteza, a ordem global continua a mudar deixando muitos para trás. Ao passo que a aplicação de tecnologias da informação segue em frente ocupando e controlando os processos de tomada de decisão, o momento contemporâneo é mantido na camisa de força do presente, enquanto a mídia e a implacável cultura de consumo dissipam a experiência humana. Dentro desse estado de fluxo, que tipos de eventos podem ativar um pensar diferente no mundo, um pensar (e um fazer) que traz à dianteira novas possibilidades de imaginação, para reorientar e agir sobre o que pode ou deve ser imaginado?

Questionando sob que circunstâncias as pessoas estão preparadas para resistir contra um regime que as oprime, o *Nossa Voz* nos convidou – Bik Van der Pol – para revisitar um trabalho que fizemos para a Bienal de Gwangju, na Coreia do Sul, em 2016. Intitulado *How does a straight line feel?* [Qual a sensação de uma linha reta?], o trabalho refletia sobre o Levante de Gwangju de 1980. Usamos esse convite para chamar Binna Choi, uma das curadoras daquela edição da Bienal de Gwangju, para ter uma conversa conosco.

Fundada em 1995, a Bienal de Gwangju foi concebida tendo como plano de fundo o que hoje se chama de Levante Democrático 5-18, e que antes costumava ser chamado de "revoltas de cidadãos baderneiros". O levante eclodiu em Gwangju em 18 de maio de 1980, quando protestos estudantis contra a junta militar recém-estabelecida foram reprimidos com violência e milhares de cidadãos se juntaram aos estudantes contra a violência. Num dado momento, os cidadãos estavam armados e tomaram conta da cidade. Os dez dias do levante fizeram história, mas, para além desse breve período de tempo, o evento parece perdurar na forma de efeitos traumáticos, opressão persistente e luta democrática contra ela. O que faz com que uma erupção dessas se torne um momento coletivo?

Gwangju, 18 de maio de 1980… O mundo estava olhando para o outro lado quando os militares de Gwangju tentaram – com extrema violência – conter os protestos estudantis contra o regime. Outros eventos coincidiram na mesma data em outras partes do planeta: a erupção do Monte Santa Helena nos EUA e o suicídio de Ian Curtis, vocalista do Joy Division, fizeram com que a imprensa internacional não prestasse a devida atenção ao que estava acontecendo em Gwangju.

Em dezembro de 2015, junto com Binna Choi e outros curadores, nós visitamos as Mães de Maio e ficamos – todos nós – embasbacados não apenas pela intensidade e pelas emoções que tomaram conta da sala, mas também pela resiliência dessas mães, um grupo de mulheres incrivelmente fortes, todas elas certamente com mais de 70 anos. Essas mães formaram uma organização desde o Levante de Gwangju de 1980, como uma forma de processar o trauma (tanto pessoal quanto em relação à sociedade e à comunidade como um todo) causado pelo ocorrido. Depois de se colocarem em risco em 1980, elas investiram o restante de suas vidas não só no apoio mútuo, mas também no esforço de manter viva a memória do levante e daqueles que perderam suas vidas ao assumir a responsabilidade de implementar a história do jovem Estado democrático da Coreia do Sul na consciência coletiva. As mães carregam essa história até os dias atuais, de modo a impedir que esse passado volte a se repetir no futuro. Embora o levante tenha acontecido há 38 anos, essas mulheres não vivem no passado.

Para nossa participação na Bienal de 2016, convidamos as Mães de Maio para tornarem visível e tangível sua força incrível, projetando um espaço onde pudessem trazer suas histórias para a arena pública. Nesse ambiente, elas realizaram todas as atividades diárias coletivas, domésticas e habituais, como almoçar, dançar, cantar, praticar yoga, conversar – atividades que já estão em curso na casa coletiva que conduzem. Tratava-se de uma plataforma para ativar suas narrativas, compartilhar suas histórias e expor aquilo que foi gradualmente empurrado para fora do campo de visão. O que se pode aprender com as experiências de outros que muitas vezes são deixados de lado ou excluídos da psiquê e da conscientização contemporânea é algo de importância crucial? De que outra forma novas gerações podem reconhecer padrões no presente quando o passado é perdido ou ativamente apagado? As Mães de Maio ativam o diálogo continuamente como base de sua rotina diária e como modo de transferência. Isso funciona como um elemento instigador, para manter viva no presente a história do traumático 18 de maio. Mais adiante, em 2016, quando a Bienal estava quase prestes a terminar elas se envolveram na ocupação da antiga Secretaria da Província em Gwangju: um dos locais centrais do levante que agora faz parte de outra instituição cultural – o Centro Cultural da Ásia.

Bik Van der Pol

광주 항쟁- 절대공 동체로 부터의 끝없는 투쟁

Liesbeth: Depois da pergunta do *Nossa Voz* – o que faz com que as pessoas resistam? –, pensamos que tínhamos que entrar em contato com você, Binna, porque vivenciamos juntas esse momento muito importante em Gwangju, quando fomos encontrar as Mães de Maio na casa delas. Aquilo foi incrível. Tem tantas coisas que eu ainda lembro. Todas as emoções, a falta de uma linguagem comum – literalmente a falta de linguagem, mas também a barreira da linguagem. No entanto, essa falta foi substituída pela linguagem corporal das mulheres: elas tocaram todos nós, apertaram nossos ombros e braços, seguraram nossas mãos e foram tremendamente físicas; não aquelas senhorinhas frágeis que talvez se esperasse, mas muito fortes, tipo buuum!, mesmo. Então eu fiquei pensando: o que tem ali, nessas mulheres, que é tão imensamente poderoso? Será a história do que elas vivenciaram que se faz presente no toque delas? Daí eu te escrevi recentemente e você me disse que, mais uma vez, elas tinham ocupado a antiga Secretaria da Província no final de 2016 em diante. Aquele prédio que fora ocupado pelas milícias cidadãs e que permanece sendo o coração do Levante de Gwangju de maio de 1980.

Binna: Sim, é bom que a gente fale sobre isso. Porque tem certa complexidade em torno desse momento de 2016. As mães não são apenas vítimas da história, elas são agentes invencíveis nesse campo politicamente dinâmico, uma verdadeira força. Isso também significa que tem uma complicação, até mesmo algumas confusões em relação às demandas delas para trazer de volta a proeminência daquele prédio [a antiga Secretaria da Província em Gwangju] em relação ao que ele costumava ser e à história das negociações delas com a autoridade institucional do Centro Cultural da Ásia e muitas outras associações e grupos tocados por cidadãos.

A resiliência delas, como você mesma diz, é inegável. E eu me lembro por quê… Sabe, eu chorei durante a nossa visita à Casa das Mães. O que me fez chorar não foi só o que aconteceu em 1980 e as vidas que foram perdidas. Não. Eu me dei conta quando estava lá, junto com elas, vendo que elas continuam a se manter organizadas até agora; foi aí que me dei conta de quanto tempo a opressão tinha durado. E como elas persistiram de fato na resistência e superação disso. Eu realmente não tinha nenhuma noção dessa forma de continuidade antes disso. Então não se trata só daqueles dez dias longos ou curtos [período de duração do levante], mas o processo resiliente de resistência e organização até agora – mais de trinta anos depois, agora já quase quarenta.

L: É uma loucura porque, de algum jeito, elas tiveram que manter a força coletiva para não perder aquele impulso de 1980 e o impacto da união delas, talvez?

B: Elas nos disseram naquela tarde que sempre foram seguidas pela polícia secreta. Elas basicamente estiveram sob vigilância o tempo todo. Elas precisavam dessa coletividade simplesmente para se proteger, mas acabaram agindo muito além disso. Nós ficamos dizendo que é uma "loucura" como elas conseguiram manter a história viva, mas essa certamente não é a palavra certa e isso precisa ser aberto e desdobrado; talvez "arrebatador". Seja como for, essa palavra expressa que é muito doloroso aprender e testemunhar, mas ao mesmo tempo extremamente admirável e, assim, acaba nos empoderando. Trata-se de perceber a lacuna que existe entre a vida da minha geração e a vida delas e, além do mais, a distância que existe entre os diferentes lugares. Eu cresci em Seul e meus pais vêm de outras regiões. Até mesmo visitar Gwangju ou aquela região não era algo tão comum. Foi só quando entrei na universidade que aprendi sobre essa história e visitei Gwangju pela primeira vez na vida. Isso foi em 1995, quando aconteceu a primeira edição da Bienal. Gwangju era muito diferente naquela época e ficou imediatamente visível que era um lugar de alguma forma separado de outras partes da Coreia do Sul. Ainda era chamado de "subdesenvolvido" até então, quando a Coreia do Sul teve seu primeiro presidente que não era militar e que prometeu restaurar a verdade sobre o levante e fazer justiça ao evento.

L: O que aconteceu com a Secretaria da Província em 2016?

B: Parte do Centro Cultural da Ásia ocupa o antigo prédio da Secretaria da Província. Quando ele abriu parcialmente e a seção chamada Agência de Intercâmbio pela Paz e Democracia foi finalmente revelada, as mães ficaram chocadas. A parte interna do prédio tinha mudado demais e, no lugar, havia instalações cenográficas monumentais com elementos audiovisuais interativos que foram supostamente concebidos para comemorar o 18 de maio. Aí as mães pediram a restituição, o que significa a remoção de toda essa reforma e dos trabalhos da exposição que custaram caríssimo. Pode parecer bastante impressionante para alguém que se depara com essa instalação sem saber nada de todo o resto, mas se você conhece um pouquinho da história, é de deixar triste e perplexo. A quem se destina tudo isso, considerando que a história do 18 de maio ainda não foi totalmente recuperada? Não existe um cuidado adequado das vítimas, o trauma ainda está acontecendo e aí tem essa enorme instalação espetacular cobrindo os rastros da história. É alienante. Por isso as mães ocuparam, e diferentes associações e organizações se juntaram. Alguns pensam que as mães foram usadas pelas outras organizações para fazer certa frente ao poder e, de fato, tinha e ainda tem muita luta de poder mesmo entre todos os grupos e associações em Gwangju… Então, sim, eu não sei. Não é tão simples assim: é incrível que as mães tenham ocupado, que elas tenham reivindicado e que tenham podido evitar que essa instituição funcionasse, mas o poder ao redor dela é um pouco complicado. Mesmo assim, isso não deve nem pode ser nem um pouco deixado de lado. Quando as mães começaram essa reivindicação, a Coreia do Sul estava novamente sob o regime desses poderes que negam a história do 18 de maio. O país era governado pela presidente Park Geun-hye, filha do ditador militar e presidente contra quem o povo lutou ao longo dos anos 1970 (o levante de 1980 surgiu a partir de outro golpe militar depois da morte de Park). O Centro Cultural da Ásia foi construído bem no coração do levante de 18 de maio – a Secretaria da Província e sua praça –, lugar onde os cidadãos se reuniram e que ocuparam parcialmente durante a revolta. Por esse motivo, o governo Park não gostava tanto do Centro Cultural da Ásia. Mesmo que parte do conteúdo sobre 18 de maio tenha sido censurado nas novas obras de arte comissionadas, a instalação conseguiu sair do papel, só que de maneira distorcida.

Naquela circunstância, as mães foram corajosas mais uma vez. E elas estão ocupando o prédio até hoje apesar do novo governo progressista ter dado ouvido a elas e concordado em remover os itens criticados da exposição. Elas vão continuar lá até verem isso começar "de verdade".

L: Então o imenso Centro Cultural da Ásia também pode ser visto como uma forma de apagamento.

B: Sim, ironicamente. Uma das pessoas ligadas à Casa das Mães de Maio disse sobre o Centro Cultural da Ásia, durante uma das discussões que aconteceram no prédio ocupado: "ele está oco, é como se nossos corações tivessem sido retirados". É assim que elas se sentem. E eu acho mesmo que agora o lugar perdeu até a cara. Toda a questão asiática e o modo como o 18 de maio é comemorado lá não têm nenhuma relação com o "povo" que estava no meio disso tudo.

L: Quando conversamos, você mencionou que está lendo um livro sobre o Levante de 1980 e a comunidade, descrevendo o próprio impulso da época que fez com que as pessoas se juntassem – inclusive as mães – para se erguer e dizer: "isso não é o que deveria acontecer". Então elas protestaram, e o fizeram arriscando as próprias vidas. Isso não é nenhuma piada, claro. Você pode falar um pouco mais sobre esse impulso?

B: Sim, o livro se chama *Social Science of May* [Ciência social de maio]. É um título meio abstrato para o grande público, mas o autor, o sociólogo Jeongun Choi, acho, queria enfatizar que é a primeiríssima publicação de pesquisa sociológica sobre o 18 de maio, que se baseia na análise de um amplo conjunto de documentos, arquivos e testemunhas, além das entrevistas que ele próprio realizou. Isso significa que não era mesmo um tema que parecia possível abordar até 1999, quando o livro foi publicado. Se não por causa da censura, os pesquisadores queriam manter distância do tema. Eu comecei a ler o livro porque o conceito de "comunidade absoluta" estava aparecendo nas várias reuniões e conversas que tive sobre a história do 18 de maio em Gwangju, para descrever o ímpeto e a particularidade do levante daquela época. Esse livro é um dos primeiros que abordou e elaborou esse conceito. Para começar, é algo a ser diferenciado da "comunidade tradicional".

Pintura da Cooperativa Cráter Invertido (Jazael Olguinzapata), parte da instalação realizada nos Arquivos 5-18, integrante da Bienal de Gwangju de 2016.

Foto: Binna Choi

L: Em que sentido?

B: Com "comunidade tradicional" quero dizer a família, os vizinhos diretos, uma comunidade da mesma classe ou até mesmo um tipo de comunidade imaginada de nacionalidade, como coloca Benedict Anderson. Essa comunidade absoluta, como Choi a descreve, foi composta por muitas classes diferentes e incluía estudantes, mães, trabalhadores e assim por diante, criando uma nova subjetividade desvinculada das relações sociais existentes. O que uniu essas pessoas e encorajou-as a sair para as ruas não foi uma determinada pauta ou interesse comum, mas uma questão de vida e morte. O que isso significa? O que foi tão particular no 18 de maio, segundo ele, foi a encenação da violência: o teatro da violência foi performado conscientemente pelos militares com atos excessivamente cruéis, brutais e desumanizadores em que espancaram, apunhalaram e assim por diante o próprio espaço público onde qualquer um podia ver e observar. Não é necessariamente a *quantidade* de pessoas que morreram, e sim a maneira como a violência foi conduzida que importava. Era o ato desumanizador intencional que é a negação da vida e a negação do sujeito, o que implicava que eles eram tratados como algo que "não merece viver". Eles eram tratados como imprestáveis, "mais imprestáveis do que animais". Isso galvanizou o povo de diferentes idades e contextos para que se unisse e formasse essa congregação, essa reunião que, como ele diz, se tornou quase um carnaval e um local de cura ao mesmo tempo. É assim que a comunidade absoluta se distingue da ágora, a praça democrática onde as negociações e discussões acontecem, e onde as decisões são tomadas. Foi algo realmente emocional, uma reunião movida pela dor que empoderou imensamente o povo para que se unisse num processo mútuo de cura. Por isso, além do mais, não foram atrás de nenhum líder, mas de várias formas voluntárias de auto-organização. No entanto, isso também significa que a comunidade absoluta não podia durar muito: é algo apenas momentâneo e suspenso da vida cotidiana. Não permite paz nem atividades produtivas, mas um amor e uma coragem intensos.

Esse entendimento do levante de 18 de maio como comunidade absoluta não só joga luz sobre a maneira que os dez dias do levante ocorreram, mas também elucida, até certo ponto, os modos extremamente ativos que o discurso político e os movimentos se organizaram na esteira das consequências do Levante de Gwangju. Isso não só instituiu práticas mas também explica como elas podem ser facilmente desorganizadas e acabar não construindo sistemas sustentáveis e reprodutíveis. Essa comunidade absoluta é insustentável, ao mesmo tempo em que essa experiência coletiva é algo impossível de se apagar.

L: Esse é o paradoxo, a comunidade absoluta não pode durar, mas sua experiência é perene e cria (através da falta causada por sua impossibilidade de duração) uma lacuna, um vácuo que nunca pode ser preenchido de novo. Como você estava falando sobre a comunidade absoluta que ganha forma sob circunstâncias extremas, de uma comunidade que nunca foi uma comunidade antes e que nunca será uma comunidade de novo, assim, tudo o que resta é um coração vazio...

O que me leva a pensar, em relação a isso, sobre outras instâncias de eventos violentos. Atualmente estamos assistindo um documentário do Ken Burns sobre a Guerra do Vietnã, essa intensa arena de vida e morte que tirou a vida de cerca de oitenta mil americanos e dois milhões de vietnamitas (de ambos os lados vietnamitas), se não me engano. Ao assistir isso, você é confrontado continuamente por suas próprias questões... O que é isso? O que aconteceu? E por que aconteceu? Sem poder responder a elas, o documentário mostra tanto os soldados americanos quanto os cidadãos que ficaram em casa passando por essa imensa experiência de violência que durou trinta anos e passou por cinco presidências diferentes. Fica claro que essa guerra moldou mais de uma comunidade absoluta: o povo que não foi para lá e se reuniu protestando nas grandes manifestações contra a situação no Vietnã e contra seus próprios governos; e a outra comunidade absoluta foi aquela temporária que se formou entre os soldados que, na vida real, nunca estiveram juntos. Dizem que as diferenças de classe, idade, raça ou contexto desaparecem quando eles estavam no campo de batalha tentando conquistar o topo de alguma montanha, mas, como você mesma diz, não é sustentável. É algo que desmorona. Algo que não vai nem pode ser mantido, mas o vácuo criado por essa experiência enorme nunca pode ser revivido nem apagado. Eu diria que a diferença intransponível entre essas duas comunidades absolutas (aqueles que foram para a guerra e aqueles que protestaram em seus países), a impossibilidade de uma sociedade de colocar em diálogo essas duas perspectivas opostas para reconhecer o trauma, a diferença entre esses dois vácuos bastante distintos continua, ainda hoje, a dividir o país em dois.

B: A experiência de morte, a violência desumanizadora e sua memória corporal são transferidas de uma geração a outra – se pensarmos de fato na comunidade tradicional como a família. E o trauma poderia até crescer de maneira mais ampla e profunda. O 18 de maio mostrou como isso também poderia ser transformado em resiliência e numa luta interminável na verdade, até mesmo para trazer uma grande força por trás do movimento de democratização na Coreia do Sul nos últimos cinquenta anos.

How does a straight line feel? [Qual a sensação de uma linha reta?] (2016) Bik Van der Pol, em colaboração com as Mães de Maio. 11ª Bienal de Gwangju: O oitavo clima (O que faz a arte?). Gwangju, Coreia do Sul

Foto: Binna Choi

"(...) surge uma questão em meio a muitas outras: por que as pessoas ainda empunham a bandeira nacional sendo que a nação não os protegeu?"

Todavia, embora eu seja muito cautelosa em endereçar isso, eu gostaria de dizer que a comunidade absoluta precisa de outras formas de comunidade, não necessariamente a ágora, que é mais "pública". O sociólogo Choi afirma que a comunidade absoluta não poderia permitir nenhuma atividade produtiva: não era algo de intento revolucionário nos termos de desafiar o Estado nação ou a estrutura de classes existente. No romance *Human Acts* [Atos humanos] de Han Kang, que traz relatos do 18 de maio de tirar o fôlego a partir das perspectivas dos jovens colegiais que participaram do levante, surge uma questão em meio a muitas outras: por que as pessoas ainda empunham a bandeira nacional sendo que a nação não os protegeu? Choi dá uma explicação. Não houve negação do Estado nação entre os manifestantes do 18 de maio. Na verdade, eles se identificavam de alguma forma com o Estado nação, havia inclusive um tipo de sentimento patriótico – o amor pela nacionalidade. Os militares eram considerados traidores. A tentativa de viver na comunidade absoluta, tentando de fato fazê-la durar, pode até ter enfraquecido a capacidade de se organizar "de maneira a" reinventar novas formas de estar junto e um novo sistema de governança, se concordarmos que a governança não é evitável (e sim, há diversas organizações, inclusive entre aquelas que têm relação direta com o 18 de maio).

Não há meios de descartar a experiência da comunidade absoluta. De fato, e ironicamente, é algo que dura por muito tempo, mas sua sustentabilidade não é imediatamente conectada com o surgimento de outras formas e sistemas de vida.

Outra coisa que acho realmente interessante em relação a isso é que, muitas vezes, nós falamos sobre a *tigela de arroz* – as mulheres estavam fazendo e distribuindo arroz durante os protestos e a ocupação. Havia grupos de apoio auto-organizados por toda a cidade para compartilhar o que tinham. Ainda assim, a comunidade absoluta não negou a noção de propriedade privada e a estrutura de classes existente. De fato não havia tumultos nem saques às lojas fechadas. Então, outra ironia é que os cidadãos em protesto não eram socialistas nem comunistas, como costumam ser chamados pelos conservadores de direita com sua ideologia anticomunista. Nada disso. Foi esse estado da comunidade absoluta que impulsionou as pessoas a compartilhar em apoio aos meios básicos de sobrevivência. Nessa mesma linha, a distribuição de riqueza ou poder, como se pode imaginar num sistema de apoio mútuo e auto-organizado como esse, era uma preocupação real. Eu fico me perguntando se essa tigela de arroz – a distribuição e as formas de organização na época – continha uma certa semente da noção do comum e de partilha, e acho que a resposta é mesmo sim e não. Ambos.

L: Sim e não também no sentido da sua insustentabilidade?

B: Sim, a reivindicação não era e não foi sobre a redistribuição de poder ou riqueza. A reivindicação era por dignidade, paz e não violência. Isso fez com que fosse possível essa resiliência e que a democratização seguisse até agora e até determinado nível. No entanto, parece que as novas gerações vêm abordado o legado de diferentes maneiras. Há grupos e pessoas que focam na economia social, o povo, a questão da pobreza e assim por diante. Na realidade, é interessante perceber que Gwangju e a província de Jeolla (localizada na região sudeste) ainda são as mais pobres e menos "desenvolvidas" da Coreia do Sul, apesar do fato de Gwangju ter se tornado uma cidade que cultiva não só o partido de esquerda mais antigo, como também uma série de políticos dessa orientação.

L: A Bienal também foi criada como um memorial do 18 de maio. Você acha que ela está fazendo algo produtivo nesse sentido? Uma espécie de cura, talvez? Você pensa que a Bienal pode ser vista como uma tentativa de criar algo a partir do vácuo deixado pela "comunidade absoluta" e que permitiria viver ou reviver essa comunidade absoluta por meio da arte? E, nessa perspectiva, você acha que a Bienal, como um instrumento artístico e político, consegue criar esse tipo de revivência?

"Sim, a reivindicação não era e não fora sobre a redistribuição de poder ou riqueza. A reivindicação era por dignidade, paz e não violência"

B: Eu acho que nos termos da comunidade absoluta ela "funciona" – talvez – de maneira "inoperante", no sentido mais intenso e reprodutivo cunhado por Jean-Luc Nancy. Isso significa que ela permanece num nível simbólico. Um dos fatores de seu sucesso é que ela foca no capital simbólico – grande evento, nomes importantes –, mas em termos de sustentabilidade, em termos de redistribuição ou de reorganização da cidade, não acho que isso contribua de fato. Talvez possamos dizer que a Bienal foi bem-sucedida em contribuir para transformar toda a cidade de Gwangju num monumento ao 18 de maio, mas o que isso significa para o progresso sistêmico?

Todos nós vivenciamos lá que não há continuidade na Bienal. Tudo é esquecido. Não há transferência de conhecimento, nenhuma transferência de capacidades, nenhuma equipe sendo construída, nenhum arquivo adequado. Embora tenha se tornado uma bienal de prestígio, ela não construiu um sistema. Isso nos ajuda a entender a anomalia em torno do Centro Cultural da Ásia, me parece. É impressionante e convoca um enorme potencial para uma nova prática cultural que não seja aquela prática ocidental hegemônica, mas o lugar não pôde nem ser aberto por inteiro. O prédio principal que é a cara do Centro Cultural da Ásia ainda não consegue abraçar as Mães.

Esse conceito de comunidade absoluta e seu aspecto real são incrivelmente valiosos, mas isso precisa ser situado em outros tipos de prática.

L: Tem que ser situado em continuidade, caso contrário, qualquer crítica às gerações mais jovens sobre seu não conhecimento é algo injusto. Se a transferência de história, experiência e conhecimento é tornada inacessível, se ela vem sendo derrubada continuamente, reconstruída, derrubada novamente, e assim por diante, então não sobra um chão, não sobra uma base.

B: E, além do mais, o que fazer com a dor? Com o trauma? Com a cura? Será que esse trauma é curável ou não? O que fazer com isso? Uma Bienal não deveria ser apenas uma compensação ou comemoração. Não apenas um reconhecimento para trazer glória ao movimento. Quais são as implicações, como elas são continuadas?

Outra lição que aprendi com o 18 de maio foi que ele aconteceu depois de vinte anos de história de levantes e protestos, talvez até muito mais, e foi seguido por lutas constantes da parte de estudantes e trabalhadores, incluindo uma longa série de autoimolações como forma não incomum de protesto até a década de 1990.

L: E, mais uma vez, isso também pôde ser observado na Guerra do Vietnã, quando os budistas ateavam fogo em si mesmos em praça pública como forma de protestar contra a guerra.

B: Sim, quanto a isso, eu diria que o trabalho de vocês para a Bienal, por meio do qual vocês queriam se dirigir às mães; a preocupação do *Nossa Voz* em conectar isso à situação no Brasil, perguntando "o que faz as pessoas se manifestarem contra alguma coisa?"; e esta conversa que estamos tendo bem agora acrescentam mais valor ao trabalho feito. Até mesmo ao trabalho que todos nós fizemos, pois tivemos várias outras obras abordando a história, inclusive a *Nokdu Bookstore* [Livraria Nokdu] de Dora Garcia, a peça de fotopintura de Doug Ashford no hall da Bienal, a performance e a instalação de vídeo da Cooperativa Cráter Invertido nos Arquivos 18 de maio. Em termos de continuidade de engajamento, de ampliação para construir uma solidariedade internacional e de entender criticamente o que podemos aprender com isso, do que precisa ser levado mais a fundo e de maneira diferente, e assim por diante.

L: Essas perguntas – "o que é isso" e "o que fez isso acontecer do jeito que aconteceu" – são importantes. Isso também é uma tentativa de ver e entender que situações podem não ser únicas. São Paulo hoje talvez seja a Gwangju de 38 anos atrás ou até mais. Então o que é que faz as pessoas dizerem "agora chega", e partirem para a ação? O que aconteceu em Gwangju que fez as pessoas dizerem isso? O que nós podemos fazer? No Brasil as pessoas talvez estejam à beira disso.

B: Em 2016, no fim da Bienal, a partir da última semana de outubro e perto da ocupação pelas mães da Secretaria da Província, teve início uma série de grandes manifestações de ampla escala chamada de "assembleia da vela". As pessoas, cidadãos comuns, aqueles que não são afiliados a nenhuma associação ou ONG e sem nenhuma história política em particular, estavam segurando velas e isso se desenvolveu até virar um poder imenso, massivo e organizado para trocar o antigo governo que continuava o regime da ditadura, tudo pacificamente. E considera-se que as organizações políticas e sociais de Gwangju tiveram um papel influente para disparar isso e incentivar essa assembleias da vela a continuar. Mas, ao mesmo tempo, foi um movimento muito mais amplo do que o 18 de maio. Dessa vez foi no país todo.

É claro que o esforço para encarar a assembleia da vela em conexão com o 18 de maio está dentro da história da democratização. Assim, o levante que o *Nossa Voz* está sentindo falta no Brasil... na verdade só foi acontecer há dois anos na Coreia do Sul como parte desse longo processo. A assembleia da vela durou até março e terminou com o impeachment da última presidenta, a presidenta Park. Então, agora tem dois ex-presidentes de direita da Coreia – Lee Myung-bak e Park Geun-hye – na cadeia. Sendo que o primeiro era um neoliberal turbinado e a segunda era a ditadura reencarnada, e ambos consideraram o governo como manobra privada voltada ao interesse privado e à privatização em diferentes setores. Os cidadãos, o "povo", e não só ativistas, sindicatos ou ONGs, se mobilizaram reivindicando a erradicação dos "males profundamente enraizados" 적폐청산 [Juk-pe Cheong San].

Sei que isso é uma situação bastante excepcional no atual cenário político global e que parece até irônico, dada a situação brasileira hoje. Então, é bom lembrar que essa exceção não foi feita do nada ou a partir de um processo suave e pacífico. Por cima dessa história que mencionei antes das lutas pela democratização, poucos anos antes da assembleia da vela, estávamos passando por um momento de grande dor e de luto depois da morte do presidente Roh Moo-Hyun, o segundo presidente sul-coreano de "esquerda". O partido progressista de esquerda tinha perdido as eleições no fim do mandato dele. Como o partido neoliberal de direita tomou o poder novamente, ele foi encurralado e interrogado por um suposto caso de corrupção. Isso o levou a cometer suicídio. No regime de direita que se seguiu, aconteceu também a tragédia do naufrágio do Sewol, que tirou a vida de 304 passageiros. A maioria eram estudantes colegiais a caminho de uma viagem de escola antes do último ano. O que poderia ter sido um leve acidente se tornou um evento traumático de porte nacional, pois os trabalhos de resgate não foram organizados adequadamente e o naufrágio da balsa, que durou algumas horas e não contou com o resgate apropriado, foi transmitido na mídia. Esses dois acontecidos, acredito eu, estão por trás dos levantes recentes na Coreia. Poderíamos dizer que eles forjaram um tipo de comunidade absoluta novamente, e desta vez, para além da escala de uma cidade ou província.

■

Traduzido do inglês por Daniel Lühmann

INTERVENÇÃO

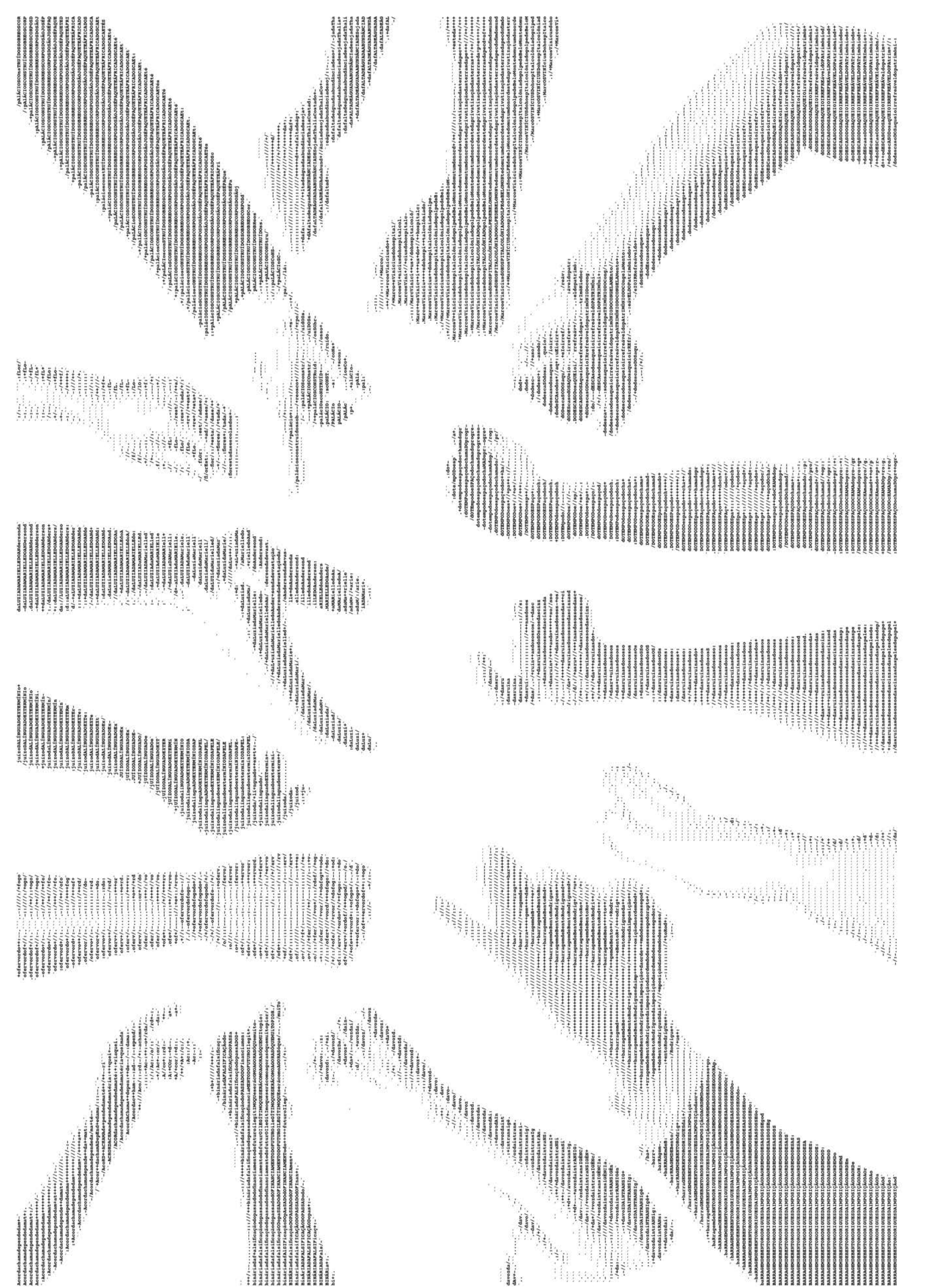
A cor da chama depende da
matéria queimada,
o fervor do fogo do
juízo da língua do extermínio
da pele
da Luzia da Marielle do
Anderson da devastação
da floresta das escolas dos
palácios construídos sobre os
corpos do São José Paquete
África dos Caetés
da falta de água da abundância
de soja da Thalia Costa do
Marcos Vinicius do hospital
colônia do golpe de Belo Monte
do mutum do nordeste da
privatização das terras da pec do
fim do mundo
do descaso do saqueio
irrefreável do patrimônio do
congelamento
do tempo do espaço do chamado
progresso
das ruínas dos ossos das cinzas
das peles de papel
da
barragem de Bento Rodrigues
da imposição da ordem do
desassossego do rapto
da voz da intransigência
binária da falsificação do
passado do financiamento do
futuro ilegítimo que será como
agora só que muito pior.

Nicolás Llano

Obliterações é a intervenção proposta pelo artista Nicolás Llano para a página dupla desta edição do jornal. A partir de uma pesquisa fotográfica de braços e mãos de manifestantes em greves nacionais desde os anos 1930, Nicolás monta uma imagem que atravessa décadas de luta. A imagem, composta em código ASCII (caracteres alfa-numéricos), pode ser lida no sentido horário, começando pelo braço mais acima, à esquerda. Em cada um dos braços está inscrita uma frase do poema, que só se completa graças à coletividade – como se quanto mais braços, mais longa fosse a canção. O poema da imagem-texto se transforma rapidamente em canção,
já que braços em riste não podem estar sendo a cantar, bradar, protestar. Por Marielle, por Luzia, por Anderson, por Marcos Vinicius e por outros tantos e tantas que, pelo enfrentamento nas manifestações populares e greves, não deixaremos apagar.

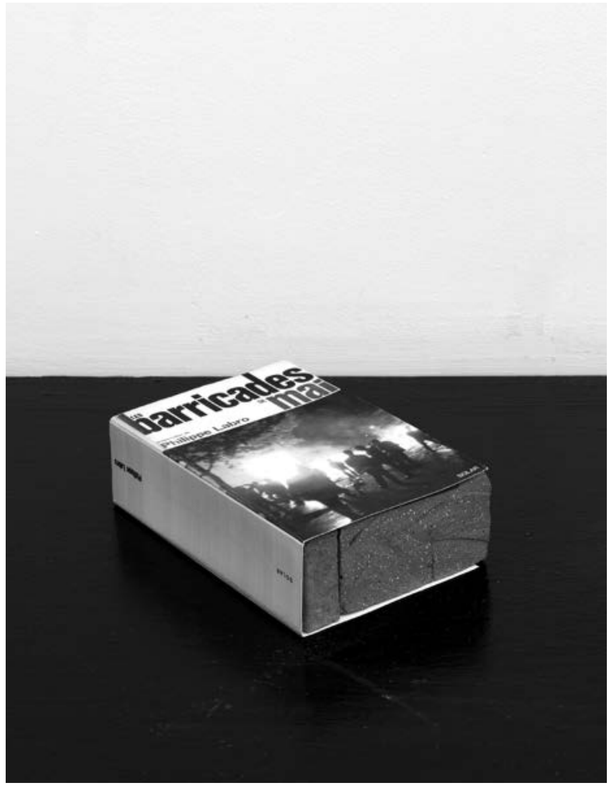
■

Nicolás Llano é doutor em ciência da comunicação pela USP. Autor de 5-5 (salvaje, Bogotá). Atualmente colabora com a revista de tradução literária Asymptote.



Greve humana: feminismo estático

Leonardo Araujo Beserra



Les barricades de mai brickbat, 2007.

Tijolo, fragmentos de tijolo, impressão de arquivo digital com elástico opcional, 20 × 13 × 0,58 cm

Os textos que seguem foram traduzidos pelo historiador e cineasta Lucas Parente, com intuito de integrar a 2ª edição do livro *Em vista de uma prática ready-made*, de 2016, de Claire Fontaine, renomeado *Elementos para a greve humana – Reconhecendo um feminismo estático*, a ser publicado futuramente pela Glac Edições Textólatras.[1]

Claire Fontaine é uma coletiva francesa criada pela italiana Fulvia Carnevale e pelo inglês James Thornhill, em 2004. Seu nome origina-se do furto de uma marca homônima de cadernos populares da França. A produção da coletiva pode ser compreendida a partir de seus interesses subjetivo-políticos: a crise da singularidade, a impotência política do sujeito na atualidade e a perda de subjetividade.

A "greve humana", conceito largamente trabalhado por Claire Fontaine, encontra-se na tênue membrana entre a vida e o desejo. O conceito provém da leitura que a coletiva realizou sobre os feminismos insurgentes italianos dos anos 1970, reafirmando que o privado é político e que a política do privado é a da imaginação – imaginação que os coletivos de mulheres envolvidas em movimentos autonomistas milaneses ativaram e implementaram em todos os cantos da luta contra a dominação subjetiva.

Para erguer a greve humana é necessário, assim, compreender primeiramente que o que se deseja não é próprio do sujeito, mas um reflexo daquilo que nos é atribuído. As relações amorosas, por exemplo, se constituem de um mercado sexualizado, que nos seduz antes mesmo de desejarmos os objetos pelos quais exprimem sua sedução. Ausentando-nos da vida humana, esta economia libidinal do capitalismo ocidental nos incorpora a uma condição até então não apercebida: a de não humano.

Trata-se de um greve sem reivindicações, em que as organizações hierárquicas e os líderes no seio da militância e do ativismo não encontram meios de se erguer. Uma greve em que a paralisação já começou e que entre nós ocorre a todo instante. Essa greve seria a greve da singularidade. Neste sentido, a greve geral seria apenas uma consequência da greve humana. Mas a greve geral da greve humana seria também uma sabotagem interna, autoproclamada contra a falta de singularidades que possivelmente a generalidade da greve geraria na particularidade humana.

A primeira aparição da greve humana enquanto conceito propositivo ocorreu na 2ª edição da revista francesa *Tiqqun*, de 2001, especialmente no texto "Teses sobre a comunidade terrível". A expressão surgiu na pergunta: "De que modo 'o jogo de Masoch'[2] pode ser generalizado e, revogando a alternativa entre domínio e submissão, transformar-se numa greve humana?".[3] A questão, em sua retórica particular, propõe a supressão da relação entre dominador e dominado. Ela engendra uma encenação da ausência, pois o submisso se encontra desde sempre exilado de si. Ao ter tal consciência, ele poderia se encontrar consigo.

O termo "greve humana" também aparece em outro texto da 2ª edição da *Tiqqun*, "Ecografia de uma potência", 2001.[4] Especialmente no subtexto "Bartleby; feminista estático", a política na greve humana se dá, desde sua figura literária, já em uma paralisação. Lê-lo é já estar em greve. Escrevê-lo é desejá-la.

Antes de qualquer coisa, livre-se de si mesmo.[5]

■

Leonardo Araujo Beserra é escritor e curador com pesquisa em escrita conceitual e políticas de linguagem. Formado em arte visuais (CUBA) e estudante de filosofia (UNIFESP), atualmente organiza o seminário "Cidadãos, voltem para casa!", é editor da GLAC Edições Textólatras, membro do Grupo de Críticos do Centro Cultural São Paulo e curador no Consultas Curatoriais da Pivô Arte e Pesquisa.

1. A Glac Edições Textólatras é uma microeditora que tem como parâmetro editorial publicar textos crítico-literários de seus fundadores – o curador e escritor Leonardo Araujo Beserra e o dramaturgo Gustavo Colombini – além de traduzir e disseminar textos de artistas e coletivos que se configuram por alguma experimentação linguística, e que tenham como premissa a criação de conceitos como ato artístico-político.

2. A expressão diz respeito à produção do escritor e jornalista austríaco Leopold Ritter von Sacher-Masoch. Especialmente a partir do romance *A Vênus das Peles* (1870), o psiquiatra alemão Richard von Krafft-Ebing cunhou o termo "masoquismo", relativo ao último nome de Leopold. Na obra, uma das personagens ejacula ao ser socada pelo amante de sua esposa.

3. TIQQUN. *Teses sobre a comunidade terrível – Da miséria nos ambientes subversivos*. 1ª. ed. Portugal, Edições Antipáticas, 2005, 128 p.

4. TIQQUN. *Ecografia de una potencia*. 1. 2001. Consultado em 5 de novembro de 2018 em https://tiqqunim.blogspot.com/2015/01/ecografia-de-una-potencia.html.

5. "Livre-se de si mesmo" é a tradução literal do título do filme *Get Rid Of Yourself* (2003), realizado pelo coletivo de arte franco-estadunidense Bernadette Corporation, que foi concebido a partir da união com alguns membros do Partido Imaginário (Tiqqun) em 2001. O coletivo é formado pelo artista Antek Walzcak, pelo crítico de arte John Kelsey, e pelo galerista e estilista Bernadette van Huy.

A greve humana já começou

Claire Fontaine

Untitled (Kettled) [Sem título (abafado)], 2017.

Impressão digital em vinil sobre caixa de luz industrial sem moldura, 150 × 100 × 10 cm

"Greve humana" designa o movimento de revolta mais genérico possível contra toda opressão. Trata-se de uma greve mais radical e menos específica do que a greve geral ou a greve selvagem.

A greve humana ataca o que há de econômico, de afetivo, de sexual e de emocional na posição que os sujeitos ocupam. Isso oferece uma resposta à pergunta: "Como se tornar algo diferente do que se é?". Não se trata de um movimento social, mesmo se durante os levantamentos e as agitações ela possa encontrar um adubo fértil para crescer e se desenvolver, algumas vezes até mesmo contra esses. Por exemplo, foi dito que o movimento feminista na Itália durante os anos 1970 demoliu as organizações políticas da esquerda extraparlamentar, mas não foi dito o que as ditas organizações de esquerda estavam fazendo às mulheres que delas participavam. A greve humana pode se produzir como uma revolta no seio de uma revolta, um excesso de zelo ou a recusa inarticulada de todo trabalho, isso depende da situação. Não há linha ortodoxa a seguir. Se as greves são feitas para melhorar aspectos pontuais da condição dos trabalhadores, elas sempre serão um meio com um fim. Mas a greve humana é um meio puro, um modo de criar um presente imediato onde não há nada mais que espera, projeção, esperança. Adotar um comportamento que não corresponde àquilo que os outros nos dizem sobre nós é o primeiro passo em direção à greve humana: a economia libidinal, o tecido secreto de valores, de estilos de vida e desejos, escondido sob a economia política, é o verdadeiro plano de consistência dessa revolta.

"Devemos mudar nós mesmos", todo mundo concorda neste ponto, mas para tornar-se quem? e para produzir o quê?, são as primeiras perguntas levantadas quando a discussão acontece em contexto coletivo. O reflexo que consiste em recusar todo presente que não vem acompanhado da garantia de um futuro reconfortante constitui o próprio mecanismo da escravidão da qual somos cativos e com a qual devemos romper. Produzir o presente *não é* produzir o futuro.

"Como eu faço e por onde eu começo?" Cada um certamente sabe melhor sobre si mesmo do que qualquer outro: não mais líderes, não mais professores, não mais estudantes, chegou o tempo de inventar novas mediações entre as pessoas, e eis-nos então já no meio do trabalho da greve humana. Não há preliminares, nem etapas intermediárias, nem organizadores a cargo da logística. O trabalho da greve humana faz greve contra si mesma. Ele transforma ao mesmo tempo o que vemos e os órgãos com os quais vemos. Ele nos transforma a nós mesmos e às pessoas que tornaram essa transformação possível. Ele mata o burguês em nós todos e libera forças desconhecidas.

Explicar o que é a greve humana, como cartografá-la, como articulá-la, é como dar uma lição técnica de educação sexual a alguém que queremos seduzir. É como descrever para si o oceano perturbador de nossa loucura possível enquanto permanecemos sentados em um abrigo sobre o rio.

Escrever sobre a greve humana é por si só a experiência de um *double bind*, é como caminhar sobre uma corda esticada no vazio entre tornar as coisas possíveis e exorcizá-las por meio da linguagem.

Não existem lições de greve humana, ela não passa de uma inquietante possibilidade com a qual devemos criar intimidade. Nós não somos remuneradas pelo trabalho de amor nem por nossa habilidade de compensar a fratura social que nos separa uns dos outros. Nós não somos pagas para tornar a vida quotidiana mais prazerosa ou simplesmente possível para nós mesmas e para os outros. O trabalho não remunerado dos afetos destrói incessantemente a pirâmide insultante dos valores capitalistas, mas os traços desse conflito são apagados dia após dia.

Sem o excesso de amor das mães por seus filhos, não haveria mais ninguém a explorar.
Sem a recusa de acreditar que nós ainda podemos comunicar sensações e sentimentos não comerciais, o *business* prostitucional da publicidade não teria nem mesmo a sintaxe para se tornar compreensível.
Em toda parte em que ela ocorre, a greve humana declara o fim da ficção criminal da equivalência entre o dinheiro e o tempo, o dinheiro e o espaço, o dinheiro e a comida, o dinheiro e o corpo.

Se as negociações sobre o direito de poluir o planeta hoje se encontram em um ponto morto, já podemos ler em um jornal francês no dia 11 de maio de 2009 que "para que não ignoremos os danos irreparáveis que o desenvolvimento industrial da civilização causa ao ecossistema, decidimos colocar um preço sobre as fontes naturais que são diariamente saqueadas. Estabelecemos que um hectare de floresta vale 970 euros e um hectare de prado 600 euros. Que se calcule o desaparecimento das abelhas em função do custo que geraria a polinização artificial feita pelo homem".[1] Nenhuma menção foi feita ao preço da extinção dos homens que não saberiam mais o que é uma abelha, que não conheceriam sua presença no ar quente, suas cores, a cera, o mel, o sentido da fábula de Mandeville.
Nenhum movimento lógico pode se opor a um tal estado das coisas, uma nova onda de ações irracionais deve desorganizar a progressão ordenada do desastre. A greve humana declara simplesmente a efetiva falência da economia de mercado que pretende possuir a vida mas não cessa de aniquilá-la.

Nenhum luto das revoluções impossíveis pode barrar o caminho dos grevistas da greve humana, porque esta não é uma missão, nem um projeto, nem um programa. E o gesto que torna legível o elemento político silencioso que está latente em todas as coisas: na vida das mulheres, na insatisfação dos ricos, na raiva dos adolescentes privilegiados, na recusa em se submeter à mediocridade da necessidade, no racismo ordinário e assim por diante.

Quando habitamos a linguagem, colocamo-nos na membrana entre a vida e os desejos, lá onde fica claro que a vida e os desejos são feitos da mesma matéria. Desejar junto torna as coisas verdadeiras, mesmo quando elas não o são, tecnicamente falando. As bruxas eram queimadas por terem *realmente* roubado durante a noite e por terem de fato beijado o cu de Satã. Ao sair da prisão *somos* delinquentes, mesmo se formos inocentes no momento da nossa prisão equivocada.

Nos tornamos constantemente aquilo que os outros querem que sejamos, mas começar uma greve humana significa inverter esse movimento e recusar a agir sobre as ações dos outros com o uso do poder. Isso significa contrapor a presença material da potencialidade a uma filosofia da organização. A realidade pode ser bem mais do que pode oferecer uma representação qualquer, realista a respeito dos fatos.
O próprio conceito de realidade começa a se apagar quando perdemos contato com o possível e com o impossível que a greve humana nos aponta com o dedo.

■

Nova York,
17 de dezembro de 2009

1. Guillaume Launay, "Pour mieux la préserver l'État met la nature à prix", *Libération*, 11 de maio de 2009.

A greve humana no campo da economia libidinal

Claire Fontaine

“A possibilidade de manter unidas autonomia e vida emocional é uma história que ainda não foi escrita.”

Léa Mélandri,
Una visceralità indicibile,
2007

Em 1974, Jean-François Lyotard publicava um livro surpreendente intitulado *Economia libidinal*, onde atacava as simplificações marxistas e freudianas, abrindo uma nova perspectiva sobre a conexão entre desejos e luta. O que começa a se desmantelar naquele momento, sob a ofensiva de dois livros-armas essenciais de Deleuze e Guattari, *O Anti-Édipo* (1972) e *Mil platôs* (1980), é a fetichização da consciência como órgão que iria guiar a revolução. Quando o mito da vanguarda começa a declinar, uma reorganização psicossomática emerge, e suas consequências sobre as relações entre as pessoas são brutais e inevitáveis. Como em um apologista de Menenius Agrippa[2] invertido, a cabeça, com todas as suas conotações metafóricas, tinha perdido seu privilégio e o baixo corpo havia encontrado uma nova voz, plena de desejo e de medo. Um novo materialismo chegava ao mundo *no interior* dos corpos. Neste ponto, a derrota das estruturas militantes piramidais e responsáveis torna-se flagrante: a sede de poder, o desejo de líderes e a insuficiência de uma linguagem incapaz de resolver os conflitos internos aos grupos revelaram a impossibilidade de viver e de lutar no seio de tais formações. Em 1973, o Grupo Gramsci escrevia em *Proposição para uma outra forma de fazer a política*:

> já não é possível falar uns com os outros de vanguarda com a linguagem sectária de “especialistas” políticos... e logo de não ser mais capaz de falar concretamente de nossas experiências. A consciência e a explicação das coisas devem tornar-se claras através da experiência de sua própria condição, dos próprios problemas e necessidades de cada um, e não apenas através das teorias que descrevem mecanismos.[3]

A linguagem que serve aos objetivos da política tradicional parece ter perdido todo seu valor de uso na boca desses jovens; os membros dos grupos militantes se sentiam como se estivessem sendo “falados”, atravessados por discursos que não lhes transformavam, que não podiam traduzir sua nova e incerta situação. Um protagonista de acontecimentos descreve assim a posição do líder:

> o líder é alguém que está convencido de ter sido sempre revolucionário e comunista, e não se pergunta sobre o que poderia ser a transformação concreta dele mesmo e dos outros... O líder é aquele que, quando a assembleia não vai no sentido que deveria, seja porque um silêncio se instaura, seja porque algumas posições políticas exprimidas são diferentes daquelas de seu próprio grupo, sente que deve intervir a fim de preencher o espaço verbal, ou para afirmar sua linha política contra as dos outros.[4]

Nesse diagnóstico simples e clínico, vemos os grupos como espaços onde a transformação subjetiva tenta se dirigir a uma eficiência revolucionária. O resultado desse processo é que as posições das singularidades que compõem os grupos tornaram-se cada vez mais congeladas, e o espaço revolucionário, a fim de manter-se enquanto tal, impunha em seu próprio cerne os modelos mais conservadores de comportamento. O que demostravam esses sujeitos eram comportamentos frequentemente descritos por analistas e jornalistas como “irracionalismo difuso”. Na ausência de uma estrutura, mesmo subversiva, que esteja em ressonância com as singularidades de cada um, esses seres se destacam progressivamente de sua posição, assumindo atitudes que podem parecer inexplicáveis quando vistas do exterior – trata-se do processo da greve humana.

1. Publicado em inglês na *Descent to Revolution*, sob a direção de James Vhoories, Columbus College of Art and Design, Columbus, 2010.

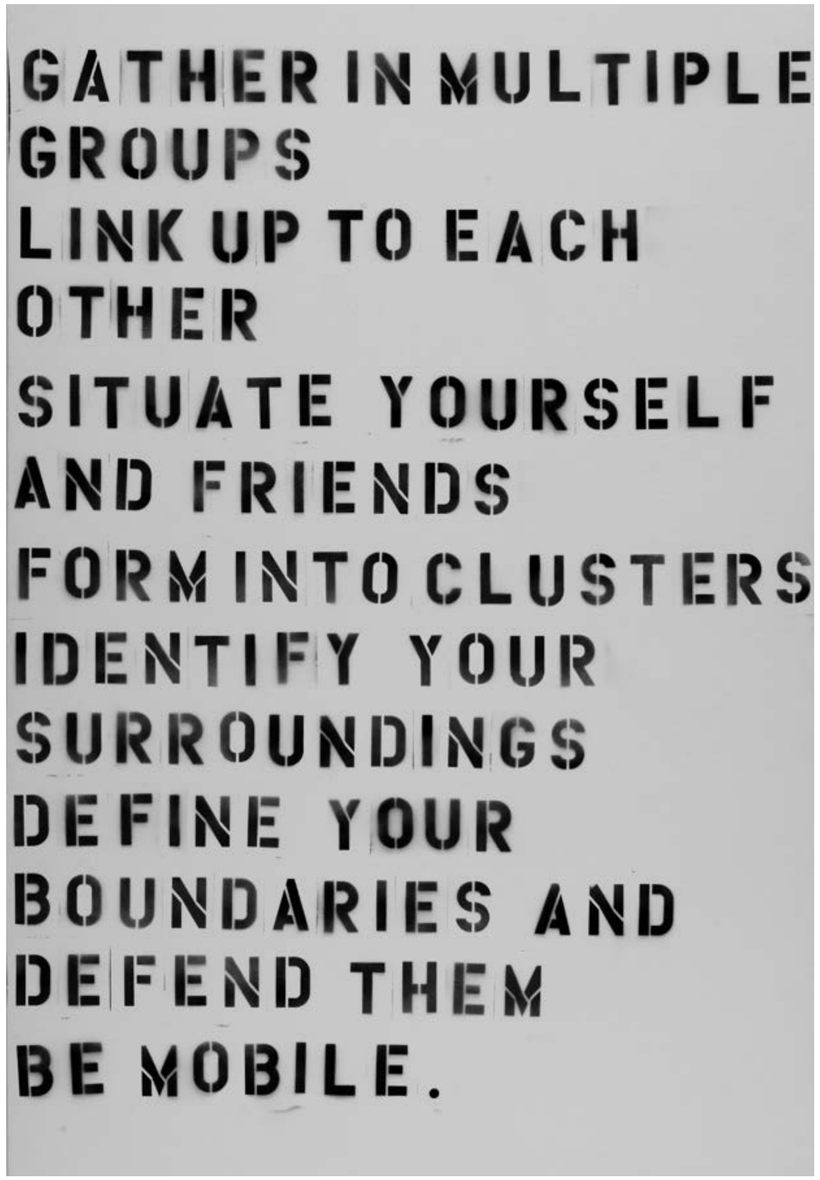
2. Agripa Menênio Lanato foi um cônsul dos primeiros anos da República Romana em 503 a.C. A fábula a qual Claire Fontaine se refere diz respeito ao personagem ter sido escolhido pelos patrícios para convencer os plebeus a encerrar a rebelião contra os tributos (Revolta do Monte Sagrado, 494 a.C.). Para alcançar seu objetivo, Menênio ilustrou que cada parte do corpo obtinha seu propósito de fazê-lo funcionar. Na história, o estômago deixou de ser nutrido pelas outras partes do corpo pois acreditava-se que ele se aproveitava do resto dele, mas logo as demais partes ficaram disfuncionais e reconheceram que precisavam do estômago para viverem [N. do E.].

3. Nanni Balestrini e Primo Moroni, *L’Ordad’oro (1968-1977. La grande ondata rivoluzionaria e creativa, politica ed esistenziale)*, Milão, Feltrinelli Traveller, 1997, p. 508.

4. *Ibid*, p. 505-6.

*Junte-se em múltiplos
grupos
Liguem-se uns aos
outros
Situe você
e seus amigos
Forme aglomerados
Identifique o seu
entorno
Defina seus
limites e
os defenda
Seja mutável.

Gather in multiple groups
[Junte-se em múltiplos
grupos], 2011
Spray e tinta sobre tela,
18,29 × 12,13 cm



“(...) a greve humana implica a vida em sua totalidade, e não somente sua dimensão profissional; ela reconhece a exploração em todos seus domínios, e não somente no trabalho.”

Porque a greve humana implica a vida em sua totalidade, e não somente sua dimensão profissional; ela reconhece a exploração em todos seus domínios, e não somente no trabalho. E mesmo a noção de trabalho encontra-se modificada, se a observamos através do prisma ético da greve humana. Trata-se de um movimento que poderia potencialmente contaminar quem quer que seja, e que atacaria as fundações da vida em comum. Seu sujeito não é o proletário ou o trabalhador da usina, mas a singularidade qualquer de cada um. Esse movimento não está aí para revelar o caráter excepcional ou a superioridade de um grupo sobre o outro, mas para desmascarar uma natureza qualquer de todo mundo, como o segredo de Polichinelo[5] que as classes sociais devem supostamente esconder. Uma definição da greve humana pode se encontrar em *Tiqqun 2*: é uma greve “sem reivindicação, que desterritorializa a ágora e revela o não-político como o lugar da redistribuição implícita das responsabilidades e do trabalho não remunerado”.[6] Os feminismos italianos oferecem um paradigma dessa forma de ação porque eles pediram a abolição de fronteiras que fizeram da política o território dos homens. Se as fronteiras sexuais da política puderam não estar tão claramente marcadas nos anos 1970 na Europa, elas ainda persistiram em uma região obscura da vida em comum, como pesadelos premonitórios que não param de acontecer. Em 1938, Virginia Woolf escrevia em *Three Guineas* [Três Guineas]:

Inevitavelmente consideramos a sociedade como um lugar de conspiração que engole o irmão, que muitos dentre nós temos razões de respeitar na vida privada, e que impõe em seu lugar um macho monstruoso, de voz tonitruante, com o punho duro, que, de forma pueril, inscreve sobre o solo signos com o giz, estas linhas místicas de demarcação entre as quais estão fixados, rígidos, separados, artificiais, os seres humanos. Lugares onde, adornado de ouro e púrpura, decorado de plumas como um selvagem, ele continua seus ritos místicos e goza dos prazeres suspeitos do poder e da dominação, enquanto nós, “suas” mulheres, nós estamos encerradas na casa da família sem que nos seja permitido participar de nenhuma das numerosas sociedades das quais é composta sua sociedade.[7]

Contra as marcas de giz, já obsoletas em 1938, mas que continuam aparecendo sob nossos passos mesmo no século XXI, Lia Cigarini e Luisa Muraro especificam em 1992, em um texto chamado *Política e prática política*:

> Nós não queremos separar a política da cultura, do amor e do trabalho, e não chegamos a encontrar nenhum critério para agir de tal maneira. Uma tal política, enquanto esteja separada, nós não a queremos, e não saberemos o que fazer dela.[8]

No cerne da necessidade de uma política que transformasse a vida, e que pudesse ser transformada por ela, não havia reclamação contra a injustiça, mas o desejo de encontrar a boa voz para o corpo de cada um, a fim de combater o profundo sentimento de ser falado por outros, o que poderíamos chamar de “ventriloquia política”.

*1890 data do nascimento da greve humana

Em sua pesquisa extensiva sobre a greve no decurso do século XIX, Michelle Perrot fala do nascimento de uma espécie de "greve sentimental" durante o ano de 1890. Em 4 de maio daquele ano, em um jornal de Lille *Le Cri du Travailleur* [O grito do trabalhador], nós podemos ler que "os grevistas não deram nenhuma razão de sua interrupção do trabalho... senão que eles queriam fazer como os outros". Neste tipo de movimento, os jovens e as mulheres começam a desempenhar um papel importante, segundo Perrot. Em um pequeno vilarejo, Vienne, mulheres militantes encorajavam suas camaradas do mesmo sexo:

> Não suportemos por mais tempo este estado miserável. Levantemos a cabeça; exijamos nossos direitos, reivindiquemos nosso lugar ao sol. Ousemos dizer a nossos senhores: nós somos de carne e osso como vocês e, como vocês, devemos viver felizes e livres pelo trabalho.

Em outro pequeno vilarejo, Besseges, durante o mesmo ano, uma jovem mulher de 32 anos, Amandine Vernet, mulher de mineiro e mãe de cinco filhos, revelou sua vocação de líder nata:

> ela nunca tinha sido assinalada; foi apenas no último 14 de maio que ela começou a ler um discurso escrito em uma reunião de cerca de 5 mil pessoas no bosque de Robiac. No dia seguinte se aventurou a falar, e, nos dias seguintes, encorajada pelo sucesso, pronunciava discursos violentos e sobretudo comoventes. Ela tinha a especialidade de fazer chorar uma parte de seu auditório.[9]

Nesse tipo de greve, que Perrot chama de "greve emocional", o movimento não se limita mais a um alvo específico: o que está em jogo é uma transformação da subjetividade. Tal transformação – e aí está o ponto interessante – é ao mesmo tempo a causa e a consequência da greve. As mudanças, sejam elas subjetivas, sociais ou políticas, estão estreitamente intrincadas, assim esse tipo de levante concerne necessariamente a sujeitos cuja identidade social está pobremente codificada, às pessoas que Jacques Rancière chama de "sem lugar", ou "sem parte".

São movimentos em que as pessoas se juntam sob o slogan: "deve-se mudar a nós mesmos" (Foucault), que significa que a mudança das condições não é o objetivo último, mas um meio para mudar a subjetividade e as relações de cada um.

Segundo algumas interpretações, esses componentes estiveram presentes no movimento de 1968. Os jovens e as mulheres se levantaram e reclamaram por novos direitos, que não eram apenas políticos, no sentido comumente admitido, mas que mudavam profundamente o sentido particular da palavra "político". A inclusão da sexualidade como um território político oficial é algo de sintomático dessa transformação. A sexualidade não é, de fato, o melhor termo a se utilizar, porque já designa uma parte da vida artificialmente separada do resto. Ao invés disso, deveríamos falar de reabilitação do conceito de desejo, e analisar como novos desejos entram na esfera política em ocasião desses momentos específicos, durante as greves emocionais que chamamos "greves humanas".

Os feminismos que não buscaram a integração em um mundo concebido e formado por protagonistas masculinos fazem parte dessas greves. Podemos ler sobre esse ponto crucial em um livro coletivo de 1987 intitulado *Non credere di avere dei diritti* [Não creia que tenha direitos]:

> A diferença de ser mulher encontrou uma livre existência ao não se apoiar nas contradições dadas, presentes no interior do corpo social, mas nas contradições que cada mulher singular vivia nela mesma, e que não tinha nenhuma forma social antes de receber uma através da política feminina. Nós inventamos a nós mesmas, por assim dizer, as contradições sociais que fazem necessária nossa liberdade.[10]

Nessa passagem, inventar não quer dizer criar, mas ligar e traduzir os fatos que revelam sua dimensão política latente.

"A inclusão da sexualidade como um território político oficial é algo de sintomático dessa transformação."

O plano de consistência da greve humana

Eles o chamam amor:
Nós o chamamos trabalho não pago. Eles o chamam frigidez.
Nós o chamamos absenteísmo.
Cada vez que nós ficamos grávidas contra nossa vontade, é um acidente de trabalho. Homossexualidade e heterossexualidade são ambas condições de trabalho...
Mas a homossexualidade é o controle dos operários sobre a produção, não o fim do trabalho.
Mais sorrisos? Mais dinheiro.
Nada será mais eficaz para destruir as virtudes de um sorriso. Neurose, suicídio, dessexualização: doenças profissionais da mulher no lar.

Silvia Federici, "Salário contra o trabalho doméstico", 1974[11]

O trabalhador tem o recurso de sindicalizar-se, de fazer greve; as mães estão isoladas umas das outras, em suas casas, amarradas a seus filhos por laços misericordiosos. Nossas greves selvagens se manifestam na maioria das vezes sob a forma de um colapso físico ou mental.

Adrienne Rich, "Nascer de uma mulher", 1980[12]

A situação de não ser capaz de traçar a linha entre vida e trabalho, que anteriormente dizia respeito apenas às donas de casa, agora se generalizou. Uma greve não é, para a maioria dentre nós, factível. Mas as razões pelas quais nós continuamos a viver da maneira que fazemos, e que nós não podemos nos rebelar contra ninguém senão contra nós mesmos, estão para ser buscadas em nosso metabolismo libidinal, e na economia libidinal da qual nós participamos. Cada luta se tornou uma luta contra uma parte de nós porque, de certo modo, sempre temos cumplicidade com as coisas que nos oprimem. O biopoder sob o qual vivemos é o poder que possui nossos corpos, mas nos outorga o poder de falar. Essa fala autorizada (fora da criação de momentos de liberdade onde podemos existir como sujeitos à parte inteira, e não somente como seres utilizáveis) não tem nenhum poder de transformação do existente, porque ela não está relacionada com nossa vida fisiológica, ela é de certa forma uma coisa entre as outras.

Stuart Ewen[13] explica muito bem como a publicidade começou a visar massivamente as mulheres e os jovens nos anos 1950, imediatamente após a guerra; mulheres e crianças constituíam a absoluta maioria dos corpos postos em cena em uma estreita promiscuidade com os bens de consumo. A intimidade entre as coisas e os seres humanos cria toda espécie de desordens simbólicas desde seus princípios. Desde então, o consumo define a atual forma de vida dos seres humanos – e não somente o que se chama *life style*. No caso das mulheres, a confusão e a coabitação forçada com os objetos na esfera do desejo – desejo feminino e masculino – é clara para todo mundo. As publicidades falam aos afetos, e contam lendas de uma vida humana reconciliada com as coisas, onde a inexpressividade e a hostilidade do objeto são constantemente obliteradas pelo gozo e pela beleza que devem supostamente trazer para seus proprietários.

Os sonhos engendrados pelo capitalismo são os mais inquietantes de seus produtos, sua linguagem visual específica é também uma fonte de mal-entendidos entre os habitantes dos países subdesenvolvidos e os ocidentais. Os sonhos são concebidos como dispositivos de subjetivação, cenas da vida das comunidades tóxicas feitas de seres humanos e de coisas. Aí onde a mercadoria está ausente, os corpos são tragicamente diferentes. Levada às suas últimas consequências essa filosofia implícita leva à completa redundância da arte – e, neste sentido, a mensagem que todos nós conhecemos tão bem, e que todos recebemos a cada dia nas ruas das cidades, ou pela tela da televisão, deve ser levada a sério. O trabalho artístico não é mais o objeto humanizado – essa mudança começou a se dar durante o século XIX com a industrialização da vida em geral. O próprio Duchamp explica o nascimento do *ready-made* em 1955, em uma entrevista com James Johnson Sweeney, declarando que veio a conceber o *ready-made*[14] como consequência da desumanização do trabalho artístico. Porque o que está em jogo na visão capitalista do mundo é a produção contínua de uma economia libidinal na qual os comportamentos, as expressões e os gestos contribuem para a criação deste novo corpo humano que não tem mais necessidade de sentido.

A irreversível transformação antropológica

Nos anos 1980, depois que a geração das subjetividades marginais e criativas que tinha animado o movimento de 1977 submergiu sob o peso de uma repressão desproporcionada, a hemorragia das existências revolucionárias fez da Itália uma nação de desaparecidos. Sem ter tido necessidade de um genocídio, ou ainda de uma real ditadura, a estratégia da tensão, com um pouco de terrorismo de Estado, levaram a esse resultado em poucos anos.

Deveríamos considerar o que não aconteceu, não como uma desgraça ou uma fonte de ressentimento contra a população anônima e submissa que nos rodeia, mas como uma consequência do que aconteceu anteriormente.

O espaço político onde Berlusconi[15] triunfou sem encontrar nenhuma resistência foi um território de onde toda oposição tinha sido deportada, desde que a repressão começou a se exercer diretamente sobre as formas de vida, desde que as pessoas não puderam mais desejar da mesma maneira, porque a economia libidinal da qual elas faziam parte tinha falido.

Uma questão que ainda não é considerada com a atenção adequada no contexto militante é a da força-revolta. A força-revolta, como a força-amor, deve ser protegida e regenerada. É um recurso que não se regenera dele mesmo, automaticamente, mas tem necessidade de condições coletivas para sua criação. A greve humana pode ser vista como uma tentativa extrema de se reapropriar dos meios de produção dessa força-revolta, dessa força-amor, dessa força-vida. Tais meios são eles mesmos fins, já levam consigo uma nova potencialidade que torna os sujeitos mais fortes. O espaço político onde esta operação é possível não é, bem entendido, o mesmo daquele que foi colonizado pelo biopoder televisivo. Ele é o que podemos entrever, como uma inquietante questão aberta, na citação de Lia em 1976:

> O retorno do reprimido ameaça todos meus projetos de trabalho, de pesquisa, de política. Ele os ameaça, ou então ele é a coisa realmente política em mim, à qual deveria-se dar um alívio, espaço? (...) O mutismo colocava em cheque, negava esta parte de mim que desejava fazer política, mas ele afirmava algo de novo. Houve uma mudança, eu tomei a palavra, mas estes dias eu compreendi que a parte afirmativa de mim estava por ocupar de novo o espaço inteiro. Me convenci do fato de que a mulher muda é a objeção mais fecunda à nossa política.[16]

■

5. Polichinelo é uma personagem da *commedia dell'arte*, que representa um bufão de origem camponesa, ardiloso, grosseiro, sem graça, espirituoso e ganancioso. O segredo de Polichinelo é uma informação que deveria ser secreta, mas é de conhecimento geral [N. do E.].

6. TIQQUN, *Échographie d'une puissance*, em *Tiqqun 2*. França, 2001.

7. Virginia Woolf, *Three Guineas*, Londres, Mariner Books, 1963.

8. L. Muraro e Lia Cigarini, "Politica e pratica politica", em *Critica marxista*, n. 3-4, maio-agosto, 1992, Rome, p. 13-17. Também encontrado em: Lia Cigarini, *La politica del desiderio*. Itália: 1995.

9. Michelle Perrot, *Les Ouvriers en grève, France 1871 1890*, vol. I., Mouton, Paris: La Haye, 1974, p. 99-100.

10. Livraria das Mulheres de Milão, *Non credere di avere dei diritti. La generazione della libertà femminile nell'idea e nelle vicende di un gruppo di donne*. [Não creia que tenha direitos. A geração da liberdade feminina na ideia e nos eventos de um grupo de mulheres] Turim, Rosenberg & Sellier, 1987, p. 59.

11. Tradução para língua portuguesa por Coletivo Autonomista, consultado em: https://autonomistablog.wordpress.com/2016/08/15/salarios-contra-o-trabalho-domestico-silvia-federici/.

12. Texto original em: Adrienne Rich, *Of Woman Born: Motherhood as Experience of Institution*. [Nascer de uma mulher: a maternidade enquanto experiência e instituição], Nova York, W.W., 1976.

13. Escritor, historiador, especialista em cultura do consumo, professor emérito na Hunter College e no Centro de Pós-Graduação da Universidade da Cidade de Nova York, nos departamentos de História, Sociologia e Estudos de Mídia [N. do E.].

14. Marcel Duchamp and James Johnson Sweeney, *A conversation with Marcel Duchamp and James Johnson Sweeney*. New York, National Broadcasting Company, 1958.

15. Silvio Berlusconi é um rico empresário e político liberal italiano, ex-presidente do Conselho de Ministros da Itália (1994-1995, 2001-2005, 2005-2006 e 2008-2011).

16. Grupo Feminista Por Uma Medicina das Mulheres. *Alcuni documenti sulla pratica politica*. [Alguns documentos sobre prática política]. Milão: Livraria das Mulheres de Milão, 1976. Periódico Sottosopra Rosa. Encontrado em: www.libreriadelledonne.it/pubblicazioni/sottosopra-rosa-alcuni-documenti-sulla-pratica-politica-dicembre-1976/.

Cenas de *O sacrifício*
de Andrei Tarkowsky, 1986

Os fins do museu

Guilherme Giufrida e Jéssica Varrichio

“Quantas vezes uma coisa pode morrer?”

Eleonora Fabião

Ciro Miguel, Meteorito, 2018.[1]

Nós, *museu do louvre pau-brazyl*, um projeto artístico-curatorial independente, agimos pelas margens, lutamos pela liberdade de criação e pela invenção de novas estratégias de existência; por que estamos aqui? Porque acreditamos na construção de bases sólidas para a prática institucional. Porque acreditamos na preservação da memória e dos arquivos. O recente incêndio do Museu Nacional nos faz pensar sobre os sentidos de um museu em tempos de crise do Estado e dos financiamentos para a cultura. Essa questão diz respeito a todos nós, é urgente, é uma pauta que não pode morrer. O nosso programa de ação está baseado também nas potências e deficiências de museus e por essa razão, neste momento tão sombrio, tratamos de criar fôlego para desenvolver mais um pulmão, mais uma proposição dentro da nossa precariedade resistente – um programa de ressonâncias que em sua primeira edição discutiu *os fins do museu*.[2]

Para escrever sobre o assunto e concatenar todas as vozes necessárias para dar conta dessa tarefa – a minha, Guilherme, como mestre pelo programa de pós-graduação em antropologia social do Museu Nacional; a minha, Jéssica, que nunca entrei no Museu; e a nossa voz coletiva – precisamos nos amparar primeiro na História. Pode-se dizer que a fundação da instituição museológica nasceu bipartida, com duas naturezas bem diferentes, provocando impacto sobre a recepção dos objetos ali contidos. Usemos os exemplos canônicos: Museu do Louvre (fundado em 1773) e British Museum (fundado em 1753). Ambos frutos do século XVIII, o primeiro se estabeleceu como o recôndito das Belas Artes, da R enascença[3] – Rafael, Michelangelo, Da Vinci –, guardião da segunda maior coleção de pintura do mundo. Um filhote do projeto de ilustração da Revolução Francesa.

Já o segundo, um museu etnográfico, está mais conectado ao empreendimento imperialista europeu com uma coleção que conta com a Pedra da Roseta trazida do Egito por tropas napoleônicas, peças do Partenon removidas pelo embaixador britânico Lord Elgin, entre muitos outros itens pertencentes a diferentes populações.

Essa forma de organizar o pensamento, os arquivos e a memória chega ao Brasil no momento em que o país se torna uma parte da Europa com a vinda da família real. O país transformou-se em Reino Unido – isto é, perdendo o atributo de colônia mas sob a tutela do rei português –, e instituições do saber e da pesquisa precisavam ser criadas para estar à altura de um território que subitamente se transformou em Império. Dentro dessa empreitada, surge a *era do museus*, em que três museus etnográficos são fundados: o Museu Real (que passaria a se chamar Museu Nacional), no Rio de Janeiro, o Museu do Ypiranga, em São Paulo, e o Museu Emilio Goeldi, no Pará. Ao declarar que esse território passará a ser uma extensão de Portugal, não se anulam todas as idiossincrasias anteriores. Como transpor aquele tipo de prática de pensamento para os trópicos?

O Palácio de São Cristovão (onde se instalou o Museu Nacional) teve todo o rito de passagem europeu incorporado: de moradia da nobreza para um espaço público museológico. A começar pela casa de D. João VI, que havia sido cedida pelo comerciante Elias Antônio Lopes em 1809 e que, ao longo de todo o período monárquico, passou por reformas para “ficar com cara” de palácio para se adaptar e cumprir seu papel de palco eficiente de símbolos e rituais do poder da monarquia. Muitos arquitetos de diferentes origens ampliaram o espaço, acrescentando ornamentos; a inspiração passa pelo Palácio Real da Ajuda em Portugal até a reforma de 1876, quando ganha contorno de “Versalhes Tropical”.

Em 1818, fundou-se o Museu Nacional localizado no Campo de Santana, que em 1892 será transferido para a Quinta da Boa Vista, após a Proclamação da República, desempenhando um importante papel como estabelecimento dedicado à pesquisa etnográfica e ao estudo das ciências naturais. Em 1946, o museu é incorporado à UFRJ e, em 1968, o programa de pós-graduação foi implementado – sendo o Programa de Antropologia Social (o PPGAS) o primeiro do país.

Na cantina do Museu, um restaurante por quilo começava a servir mates e pães de queijo logo cedo. Já às 11h30 ficava repleto de funcionários, professores universitários dos importantes programas de pós-graduação e alunos e professoras de escolas públicas primárias de várias regiões do Rio de Janeiro, que tinham na visita ao Museu Nacional um passeio obrigatório. Eram quatro ou cinco mesas comunitárias compridas, onde se podia ver sentados lado a lado Eduardo Viveiros de Castro – antropólogo e um dos inventores do perspectivismo, torção fundamental nas ciências humanas contemporâneas –, e Josefa Silva, professora primária de Nova Iguaçu, que trouxera seus alunos para ver Luzia e os dinossauros.

O mesmo espaço que materializava a origem monárquica brasileira não era, no entanto, um palacete suntuoso, reverenciando o passado de forma saudosista e inerte. Não devemos ter em mente o Museu Nacional como uma instituição de apologia às elites portuguesas que colonizaram o país. Pelo contrário, os cursos de pós-graduação – ao menos o de antropologia, que conhecemos melhor – pensavam as narrativas, personagens e trajetórias contra-hegemônicas à História Nacional. Atrás da fachada imperial, misturavam-se à cantina, salas com paredes cheias de mofo, administradas por gente que fazia aquele lugar funcionar sob o sol carioca com todas as gambiarras necessárias, uma vez que o repasse orçamentário nunca chegava em sua totalidade.

Por mais que no período de estabelecimento dessa instituição no Brasil ela estivesse mais atrelada aos grandes enigmas evolucionistas europeus e americanos e não tivesse muito diálogo com o seu entorno, a coleção do Museu Nacional não seria composta apenas de artigos de civilizações longínquas, tampouco da vida profunda do mar e de objetos que aterrissaram aqui vindos de viagens espaciais, de dinossauros e insetos. No caso brasileiro, o exotismo mora aqui, ele é nosso vizinho. Ao mesmo passo em que se estava conservando a memória da humanidade, rastros de ancestralidade que habitam o território brasileiro encontravam-se dentro das paredes do Museu Nacional. A construção desse acervo também aconteceu a partir da presença de objetos daqueles que compartilham a mesma terra – negros, indígenas, povo de santo. Diferentemente de outros museus de história natural pelo mundo, no Museu Nacional o *Outro* éramos nós mesmos.

Sabemos que, para muitos, ver aquele museu pegar fogo era ver suas coisas morrerem mais uma vez. Historicamente, no ocidente, os museus de história natural e etnográficos são fruto não somente de pesquisadores que trazem materiais em colaboração com seus interlocutores, mas de muitos saques em contextos violentos, em que etnias foram dizimadas, e religiões, criminalizadas. Esses museus são a materialização da colonização; entretanto, isso também os fazia território ideal de rearticulação de objetos, símbolos e narrativas.

Na primeira aula de Teoria Antropológica I, depois da implementação da política de cotas para indígenas no PPGAS em 2014, as professoras apresentavam o programa, que partia de textos cujos títulos traziam as palavras “selvagens” “civilizados”, “primitivo”. Uma aluna da etnia Tukano interviu, muito incomodada com aqueles termos que, para ela, nada diziam ou nada tinham a ver com a sua trajetória e experiência de luta e resistência como indígena no Brasil hoje. Além disso, exigiu-se que os alunos lessem no mínimo em português, espanhol, inglês e francês para acompanhar as leituras básicas de formação na disciplina. A mesma aluna argumentou imediatamente que sabia ler, falava e escrevia em nove idiomas, sendo que nenhum deles era espanhol, inglês ou francês.

É extremamente recente a entrada massiva de negros e indígenas nas universidades brasileiras, espaço até uma década atrás pouco inclusivo e plural. O Museu Nacional foi o primeiro programa de pós-graduação do Brasil a incluir políticas afirmativas, como cotas, aprovada em outubro de 2012. Essa primeira geração de jovens teria um papel central na instituição para repensar radicalmente as escolhas curatoriais e os apagamentos produzidos nesses acervos. O incêndio é a capitulação de um processo que mal começara, pois esses espaços só foram abertos muito recentemente.

Desperdiçou-se o lugar onde seria possível produzir uma museografia da descolonização concreta, a partir dos milhões de objetos que ali se encontravam, em relação à história e à arquitetura do antigo Palácio São Cristóvão. Apesar de ser um lugar fundado na mística e no programa colonial, era, por excelência, o lugar com todo o potencial para de fato se discutir a descolonização das instituições e do pensamento. Ali, indígenas conectavam-se às tradições, objetos e etnias extintas, frequentavam esse espaço, começavam a escrever teses de mestrado em suas línguas e a reorganizar e reconectar esse acervo em seus termos.

Aceitamos esse modelo ocidental de guardar memória e então línguas indígenas desaparecidas, que davam seus últimos suspiros, foram doadas em forma de registros fílmicos e arquivos para o acervo do Museu Nacional; acreditava-se e apostava-se que seriam mantidas com cuidado. Caso alguém tenha alguma dúvida, uma língua define uma visão de mundo. Não estamos falando apenas de fonética perdida, de palavras soltas, perdidas. No interior daqueles sons e respirações havia visões de mundo. No dia 2 de setembro de 2018 morreram inúmeras possibilidades de existir.

O museu é o espaço de materialidades que importam ser cuidadas e guardadas, conservam um legado, a memória, a composição de quem nós somos. Mesmo que visitemos o Museu Nacional uma vez na vida, ou nunca, sabemos que lá havia algo de importante dos nossos antepassados, e que queremos que nossos filhos, colegas pesquisadores, nós mesmos, tenhamos acesso no futuro. O museu é um lugar para lembrar e não esquecer; para isso é preciso cuidado, zelo e atenção. Em uma sociedade baseada no lucro e pragmatismo, qual a importância de assegurar que tal acervo resista? A sociedade faz um pacto em que, por meio de impostos e outras formas de compartilhamento do ônus dessa guarda, assegura o cuidado por seu passado. O incêndio evidencia mais do que uma crise no Estado, mas um fim de qualquer pacto de país que vale a pena ser vivido, encarado, pensado coletivamente.

Em um passado recente, houve dinheiro excessivo para grandes obras de impacto durante os grandes jogos esportivos no Rio de Janeiro. Nesse período, foram construídos diversos museus, todos sem acervo. Museus como o Museu do Amanhã, calcados da experiência, na espetacularização, na imagem e na publicidade. Cultura como entretenimento, que evidencia as prioridades em relação ao museu do cuidado minucioso e invisível.

Repetimos genocídios incessantemente e o rumo e a agenda de políticas públicas desanimam. A recente extinção do IBRAM, com a normativa 850, evidencia que um tipo de instituição pública, gratuita, fruto da escolha da sociedade por preservar sua história caiu de qualquer prioridade de recursos dos orçamentos e gestões públicas de vários governos. Como e por que guardar? Onde está a identidade brasileira?

Podemos pensar as nossas práticas institucionais e os significados de um museu a partir da experiência indígena com a memória e a destruição. Se nossos arquivos pegam fogo – não só o Museu Nacional, há várias histórias de outros museus e arquivos de importantes artistas que sucumbiram –, o que significa, por exemplo, a morte parcial de rios como o Rio Doce, ou a destruição provocada por Belo Monte? Como indígenas de diversas etnias lidam com fins de parentes humanos e não humanos, com quem criaram alianças que se estendem de seus corpos, que são partes de si assim como o acervo do Museu Nacional era parte de nós?

Durante a faraônica reforma do Maracanã um grupo variado de indígenas ocupou um antigo museu, fundação que também remontava ao império, ao lado do estádio. Com muita luta, o prédio não foi destruído para virar um estacionamento, e o processo de ocupação ficou conhecido como Aldeia Maracanã. Este outro prédio vazio é bem próximo às cinzas do Museu Nacional. Hoje, ambos, Aldeia e Museu, formam uma espécie de roteiro dos museus do holocausto das histórias minoritárias e da crise do Estado brasileiro.

O Palácio São Cristovão/Museu Nacional era um lugar de embate identitário e, por isso, dizia tanto sobre o Brasil – sobre a colônia, sobre o Reino Unido e também Portugal, sobre a Independência assinada por Maria Leopoldina, sobre a Monarquia, sobre as Phalas do Throno, sobre um projeto de ilustração e demonstração de poder, sobre territórios indígenas, seus costumes e sua dizimação, sobre a escravidão mais longeva da História, sobre a República e a Constituição Republicana, sobre o projeto moderno, sobre a pesquisa universitária reconhecida internacionalmente, sobre o descaso do poder público com seu patrimônio.

As mãos tremem, a vontade é de..., isso aqui é um velório, mas essas palavras estão sendo escritas, nosso coração está aberto. Queremos fazer política falando de amor. Estamos tristes, mas nosso amor tem um lastro de subsistência na precariedade, não é de hoje, ele é grande, ele é enorme, ele tem três pulmões para dar conta de respirar nessa realidade. Chega de terminar as histórias com “Oh! Good business”.

■

Guilherme Giufrida é antropólogo e curador, mestre em antropologia pelo Museu Nacional; atualmente é assistente curatorial do MASP. **Jéssica Varrichio** é curadora e atriz, já trabalhou no MAM-SP e no Pivô; concebeu com Giulia Damiani a peça *Às enchentes entre os incêndios*. Ambos são curadores do *museu do louvre pau-brazyl*.

1. Na noite do dia 2 de setembro de 2018, no Rio de Janeiro, um incêndio devastador destruiu a coleção de mais de 20 milhões de itens do Museu Nacional. Um meteorito de 5,6 toneladas que estava lá desde 1887 sobreviveu. A proposta do trabalho que ilustra este texto, feito por Ciro Miguel, *Meteorito* (2018), é deixar as ruínas do incêndio e construir uma redoma ao redor do meteorito sobrevivente, um museu com apenas um item de sua coleção.

No mesmo sentido é o desejo do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro: “A minha vontade, com a raiva que todos estamos sentindo, é deixar aquela ruína como *memento mori*, como memória dos mortos, das coisas mortas, dos povos mortos, dos arquivos mortos, destruídos nesse incêndio. Eu não construiria nada naquele lugar. E, sobretudo, não tentaria esconder, apagar esse evento, fingindo que nada aconteceu e tentando colocar ali um prédio moderno, um museu digital, um museu da Internet – não duvido nada que surjam com essa ideia. Gostaria que aquilo permanecesse em cinzas, em ruínas, apenas com a fachada de pé, para que todos vissem e se lembrassem. Um memorial” (entrevista ao *Jornal Público*, 4 de setembro de 2018).

2. Encontro realizado na Casa Plana em 24 de setembro de 2018, do qual participaram Ana Luiza Nobre, Luísa Valentini e Renata Motta, cujas falas inspiraram algumas citações deste texto.

3. Apesar de sua grande coleção etnográfica.

O nem tão “Bom Retiro” de quem mora na rua

Como é a vida dos moradores de rua no bairro que conta com o segundo maior percentual de assistência social da capital paulista

Um homem em delírio grita, ajoelhado, em direção aos transeuntes da Rua Três Rios, no bairro do Bom Retiro, em São Paulo (SP), pedindo por algum dinheiro. Sua lamentação é alta, estridente, e chama atenção das pessoas na rua, que ora ou outra lhe dão algum centavo perdido nos bolsos. Não é a primeira vez que eu, repórter, havia visto essa cena. Uma semana antes, um outro homem, não lacrimoso, posicionava-se em direção à Casa do Povo, de maneira silenciosa, com apenas uma mão estendida aos que passavam.

“Não sou daqui. Venho aqui, às vezes, mas não sou daqui. Ando o centro todo”, me diz. Seu nome é Moisés. Aos 31 anos, veio de Maceió (AL) em busca de emprego como mecânico. Mas aqui nada conseguiu. “A gente pede pra conseguir um café, alguma coisa. Se não, não tem porque pedir.”

Moisés faz parte do grupo de moradores que transita pelo que chamo de “miolo” do Bom Retiro. Essa região compreende o triângulo que vai da Praça da Luz até o fim da Rua José Paulino, com sua terceira ponta no fim da Rua Prates. É aqui que vemos a principal concentração de moradores de rua no bairro.

O início da Rua Prates tem como primeira imagem os tatames abandonados, barracas penduradas e os restos de lona nas grades do Parque da Luz. Porém, ao atravessar a Rua Ribeiro de Lima, vê-se um símbolo do Bom Retiro novo – que o ex-prefeito João Dória teimou em chamar de *Little Seul*[1] –, o Monumento Uri, representante da comunidade coreana no Bairro.

Nesse Bom Retiro, podemos observar alguns dos mais luxuosos restaurantes e karaokês de propriedade coreana dentro da região. A efervescência durante o dia marca a rua, recheada de bares e restaurantes nas calçadas e esquinas.
No entanto, o panorama muda um tanto após passarmos da Rua Bandeirantes. A atmosfera passa a ser mais vazia: cada vez menos estabelecimentos de varejo e mais galpões, hotéis e estacionamentos. Depois de passar a Rua Rodolfo Miranda, ainda na Rua Prates, há o complexo de atendimento social da prefeitura. Em frente ao complexo, há homens e mulheres que cozinham, bebem, cantam, aqueles que ficam em suas barracas ou cuidam de suas carrocinhas de catadores, aguardando pelos camaradas que entram e saem, buscando vagas ou passando o tempo por ali.

O Movimento Estadual da População de Rua de São Paulo aponta uma projeção de 22 mil moradores de rua na capital paulista. No entanto, os últimos números oficiais são de uma pesquisa da SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social) e aponta o número de 15 mil pessoas em situação de rua, das quais 7 mil nunca passaram por centros de assistência social da prefeitura. Desses 7 mil, 2,5% estão no distrito do Bom Retiro.

No entanto, a maioria dos moradores de rua no bairro tem como direção o Complexo Prates, gerido pela prefeitura, que conta com três Centros Temporários de Acolhimento – albergues com mais de 500 vagas masculinas –, um abrigo paras jovens e adolescentes, uma AMA (Assistência Médica Ambulatorial), um Centro de Acolhida Especial para Mulheres Transexuais (o primeiro do país), um CAPS AD (Centro de Atendimento Psicossocial Especializado em Álcool e Drogas). Enquanto esse complexo fica na beira do Rio Tamanduateí, cercado pelo pátio do Detran da estação de metrô Armênia, temos também, na altura do número 100 da Rua Prates, próximo ao Parque da Luz, outro CAPS de Álcool e Drogas.

É dentro desses centros de assistência social que estão a maioria dos moradores de rua do bairro. São 8,5 mil pessoas que passam pelos órgãos de assistência social da prefeitura paulista – 6,5% deles na região do Bom Retiro, segundo dados de 2015. Após as medidas de dispersão da prefeitura de João Dória na Cracolândia, a estimativa é que esse número tenha saltado ainda mais. O próprio ex-prefeito apontou, durante seu primeiro ano de mandato, em 2017, um número total de “20 a 25 mil moradores de rua”, ou seja, 25% a mais do que os 15 mil levantados em 2015. Além disso, o bairro tem a segunda maior taxa de moradores alocados em albergues e instituições de assistência social (77%), perdendo apenas para a Bela Vista (78%), segundo dados do mesmo estudo.

Os andarilhos

Na esquina entre a Rua Três Rios e a Correia de Melo, na calçada do Supermercado Extra, é comum encontrar moradores de rua pedindo esmola aos transeuntes e aos clientes do mercado, na esperança de que eles descolem uma moedinha ou mesmo comprem um produto necessário. Foi ali que encontrei um grupo de colegas que se conheciam há pouquíssimo tempo: Marlon, 30, Emerson, 23, e Igor, 30.

“A gente se conheceu ontem à noite, na Praça da Sé. Tava lá tomando uma gordinha e encontramos esse doido aqui. Eu vou matar ele, esse otário aqui”, disse Emerson, o mais jovem da trupe. *Esse otário*, no caso, é Igor, que, deitado no chão, gemia às vezes de dor e usava um colar cervical. Meu instinto natural é tentar entender aquela estranha situação de Igor. “É, velho, isso aqui tem um mês, saí na mão com um arrombado, me fodi todo, tô com três costelas quebradas e esses filhos da puta aí, *rindo*, tão me enchendo o saco”, diz.

Eles me mostraram uma garrafa do vinho químico *Cantinho do Vale*, que, segundo o próprio Igor, era o único analgésico que ainda fazia efeito contra suas dores.
Os três, de fato, não se conheciam antes: Emerson veio do Ceará, Marlon nasceu Osasco (SP) e Igor é de São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo.

“E qual o plano pra hoje?”, perguntei. “A gente tá aqui dando um tempo, vê se consegue mais uma cachaça. Mas às 16h30 sai uma van ali, como que é o nome mesmo?”, pergunta Emerson. “Parque da Luz, Parque da Luz! Tenho que falar mil vezes, mano”, diz irritado Igor.
O destino? O albergue até então desconhecido da Rua Prates, que outro camarada da rua indicou durante a madrugada. O início da Rua Prates fica justamente no histórico Jardim da Luz, onde a aglomeração dos moradores em situação de rua é diferente. Bastam duas grades em riste para que desçam as barracas que funcionam aqui como uma espécie de casa.

Sapatinhos, roupas lavadas e panelas podem ser vistas do lado de fora das barraquinhas. O banheiro deles é o próprio verde disposto ao fundo do parque. Conversei com o Marcos, 38. Ao seu lado, sua esposa Paula, 22, queimava em febre e tosse. “Eu sou polidor de carro. Vim pra cá de Recife (PE) com a promessa de emprego, mas deixaram a gente na rua.” Por que o chão da calçada ao invés do albergue da Rua Prates? “Da última vez que a gente dormiu lá, ela pegou uma coceira na pele, se rolava no chão de tanto que coçava. Lá é bom porque a gente lava a roupa, toma banho. Mas ela não gosta por causa da doença.” A questão da violência estatal também apareceu para eles, que já moram há cerca de um ano na região. “De quatro em cinco dias vem a rapa da prefeitura. Eles puxam tudo, cobertor, roupa, sofá, o que tiver. Só deixam mochila, o que tiver na mão.”

“E se resistir?”, perguntei. “Aí eles [GCM] te puxam pro lado e descem a porrada. Não tem muito o que fazer, a gente aceita.” O único desejo de Marcos é poder voltar a trabalhar. “Eles tinham que dar emprego, tipo SENAI, sabe? Curso, sei lá. Tem que cuidar da gente. Esse prefeito que tá aí, ele não quer saber de nada. Se ele pudesse via a gente morto.”

Pelo que sei, Marlon, Emerson e Igor conseguiram uma cama pra dormir, mas aquele seria um sábado bem mais morno do que a agitada sexta que fez florescer aquela amizade.

1	CAPS AD (Centro de Atendimento Psicossocial Especializado em Álcool e Drogas)
2	Rua Rodolfo Miranda complexo de atendimento social da prefeitura
3	Rua dos Bandeirantes
4	Local onde morava Kelly (Paulo Henrique da Silva Santos)
5	Oficina Cultural Oswald de Andrade
6	Mercado Extra
7	Casa do Povo
8	Rua Prates
9	Rua José Paulino
10	Monumento Uri. Monumento feito pelos coreanos em 2017/2018, que representa a comunidade no Bom Retiro.
11	Secretaria de Estado da Saúde. Aí funciona também o CAPS de Álcool e Drogas
12	Parque Jardim da Luz
13	Praça da Luz
14	Estação da luz

Nome de guerra

Na esquina da Rua Três Rios, a figura era a seguinte: o cabelo encaracolado preso por um rabo de cavalo, um cavanhaque por fazer, uma saia jeans e meias calças brancas. Um chinelo havaianas guardando pés marcados pelas longas caminhadas. Ela me pediu grana, eu não tinha.

Reportagem: Qual seu nome?
É Paulo Henrique da Silva Santos. E o de guerra é Kelly. Era a Kelly que morreu, né. Hoje ela tá em pedaço. Eu me descuidei muito, devia ter ido pra Europa pra ter feito a minha vida, pra não fazer o que eu tô fazendo, ia sobrar dinheiro. Hoje eu não me prostituo mais não. Eu num voltava a fazer tudo por causa de dinheiro.

Como você veio parar na rua?
Minha irmã não gosta de mim. Não me aceita. Aí eu dei na cara dela. Nem almoçar na casa dela ela deixa. Ela gostava de mim quando eu me prostituía porque eu levava dinheiro pra casa, levava frango pra ela comer. Ela morava ali naquela esquina [*apontando pra Rua Lubavitch com a Três Rios*]. Aí depois eu me estressei, todo mundo começou a trabalhar e eu caí.

Por que o Bom Retiro?
Porque eu gosto de morar aqui. Aqui as pessoas me ajudam bastante, sabe? Às vezes eu consigo dormir numa pensão, alguma coisa assim. As pessoas são educadas. Se Deus quiser amanhã eu consigo pegar meu dinheiro, porque eu tô sem identidade. Cê sabe onde tem aquele caixa que põe a mão? Eu preciso pegar o meu dinheiro.

E quando não consegue lugar pra ficar?
Eu durmo na rua mesmo, algumas noites. Mas eu vou conseguir, porque tenho que pegar o meu salário no banco. Onde põe o dedo, a gente digita as coisas, o dinheiro cai.

E como são os outros moradores de rua daqui do Bom Retiro?
Esse pessoal eu não conheço direito, não. E só conversa quando vem pedir uma pedra de crack ou um maço de cigarro, mas eles não encostam em mim. Que nem eu tô aqui, passando vergonha. Às vezes oferece uma pedra, uma droga, mas sem um dinheiro, ninguém encosta em mim aqui.

E o povo do Bom Retiro, é diferente?
Tem a diferença, a indicação, aqui as pessoas ajuda, compra um café, as crianças, as moças, todo mundo me ajuda.

E você fica sempre aqui, no Extra?
Não, não, fico andando na rua. Sempre vou naquela pracinha, para lá [*apontando para o fim da rua Três Rios*].

E você tá aqui faz quanto tempo?
Eu tô aqui faz um mês, mas é que eu saí da clínica. Eu tomo remédio, porque eu fico muito nervosa. Aí, se eu não tomo remédio, eu bato nas pessoas. Mas aí quando eu fico nervosa com o remédio, eu sinto vontade de chorar, que nem agora.
Eu tomo um remédio por mês. Cê sabe onde que eu consigo tirar o dinheiro?

Os afixados

Encontrei Elaine pela primeira vez quando ela estava andando com seu irmão, também morador de rua. A dupla carregava uma placa pedindo dinheiro para conseguir comida para seu cachorro. Não consegui contato com eles e segui andando. Algumas horas depois, pela Rua Três Rios, encontro-a no mercado. Ela está sentada na frente conversando com uma mulher de ascendência coreana, a Bomi.

"Ela tá fazendo as compras. Ela me ajuda muito", conta Elaine, que diz já ter vivido no bairro, onde frequentava a mesma igreja que Bomi. Eliane está de volta ao Bom Retiro há cerca de um mês. Retornou assim que seu filho nasceu. Recém-nascido, o filho vive em Amador Bueno, na cidade de Itapevi, a oeste de São Paulo, e foi enviado a uma casa de assistência pela própria avó (mãe de Elaine), sob alegação de ter sido abandonado.

Elaine veio para São Paulo em busca de um trabalho. "Quando eu cheguei aqui, passei pela estação da Luz e acabei roubada. Quando encontrei a mulher que me roubou, fui tentar pegar minhas coisas de volta e acabei apanhando. Ela me furou com o cachimbo", apontando para uma ferida próxima à sua boca. Com uma mão na frente e outra atrás, Elaine encontrou Bomi, antiga companheira de Igreja, e hoje é dela que recebe ajuda. "Ela me dá casa, me ajuda. Eu trabalho na Santa Ifigênia entregando papel, chamando as pessoas pra consertar celular, mas não dá muita coisa né." Elaine está em busca de um advogado particular para reaver a guarda do filho. Sua mãe declarou abandono parental e agora que Elaine não pode ver a criança, ela tenta resolver essa situação judicialmente. Bomi nega que Elaine seja uma moradora de rua porque disponibiliza sua casa para a amiga. No entanto, a mulher que a ajuda estava prestes a viajar. Para onde Elaine iria? "Vou tentar pegar alguma vaga ali na Rua Prates. No albergue, acho que eles aceitam." Sussurrando, ela me conta: "Às vezes durmo escondida na parte de trás do carro dela."

Em outro dia andava pela Rua José Paulino quando um homem alto, negro, vestindo um blazer escuro num calor de 30 e poucos graus me pede uma moeda. Eu digo para ele que nada tenho e explico que sou jornalista. Ele diz: "Quer saber onde é a Cracolândia? Eu te levo lá!". Depois de explicar a pauta, nos entendemos melhor e ele me conta sua história. Isaque, 40, tem um sotaque diferente. Ele lembra algo africano, mas também pode ser europeu. Essa é minha primeira pergunta. "Eu sou daqui, nasci em Itapecerica da Serra, mas vivi 26 anos na Itália. Lá eu trabalhava de *barman*." Por que voltou? "Minha mãe morreu e eu fiquei sem nada." Vou caminhando com ele. Passa das 14h do sábado. Sobre nós, as máquinas de costura das confecções vão acelerando nas mãos dos trabalhadores bolivianos. Isaque aborda os clientes de loja com uma voz alta e se enfia no meio das rodas, ele vai coletando moedas e mostrando para mim: "Isto aqui eu vou comprar uma marmita, são 9 reais, que eu preciso pra comer". Por que a José Paulino? "Aqui as pessoas são educadas e têm dinheiro para dar porque entendem e vêm comprar coisas. Porque têm dinheiro." E nessa breve caminhada ele vai conseguindo um pouquinho a mais, de moeda em moeda. Às vezes, seu jeito meio ríspido – talvez pela urgência da fome ou por simples método – acaba assustando os transeuntes, mas ele não se importa, "porque a gente tem que ter coragem". Pergunto pra ele porque há tantas pessoas na rua: "Eu sei que tem três coisas por a gente tá na rua: ou família largou, ou é droga ou é problema na cabeça. E eu tenho os três".

"Eu sei que tem três coisas por a gente tá na rua: ou família largou, ou é droga ou é problema na cabeça. E eu tenho os três."

Contratos

"As projeções do Movimento Estadual da População de Rua de São Paulo apontam que o crescimento dessa população é de 1,5 mil pessoas por ano."

A Oficina Cultural Oswald de Andrade, construída em 1905, tem 22 enormes janelas em sua fachada de estilo neoclássico. É um dos mais antigos e tradicionais edifícios do Bom Retiro, batendo muito bem com o Colégio Santa Inês, que resplandece a sua frente. A alvura da rebuscada visão frontal do centro cultural não harmoniza com as ruas laterais do prédio, muitas vezes tomadas pelo lixo fabril e pelas instalações de barracos ao redor dos muros da Oficina. As grades baixas – com cerca de meio metro – que separam a rua da fachada poderiam, aos olhos mais desavisados, ser uma espécie de chamariz para os que precisam montar um barraquinho, mas os contratos não declarados podem acabar sendo mais preciosos do que isso.

Conversei com o Ricardo, 41, responsável pela segurança da porta principal da Oficina. "Eles vêm aqui sempre, mais pra usar o banheiro. Quando entra, a gente já faz pescoço grande pra ver se tá indo no banheiro mesmo, mas a maioria respeita. A maioria é gente fina, difícil ter algum problema. Se eles pedirem e a gente tiver, damos até um cafezinho que tem ali na sala."

Recentemente, a BBC Brasil fez uma reportagem[2] sobre a questão da sede dos moradores de rua de São Paulo, atentando para a dificuldade de conseguir acesso à água potável durante a noite, em razão da falta de torneiras e bebedouros públicos. Dessa maneira, a Oswald acaba sendo um escape para essa dificuldade. Ricardo conta:

"E outra, ali [*aponta para a entrada de carros da Oficina*] tem a torneira. Uns vêm até pedir pra usar a torneira e não tem problema, ela tá sempre aberta. Então se não abrir a torneira, não tem água. E eles respeitam a gente. E a gente respeita eles. É uma rapaziada de boa".

Esse é apenas um dos contratos silenciosos que a gente vê entre os espaços com cercas e muros e as pessoas em situação de rua. Aos pés das lojinhas mais comuns, dos muros inativos ou dos prédios residenciais é comum ver cobertores, carrocinhas estacionadas ou pedintes de mão esticada. Marcos, 25, segurança da Casa do Povo, me conta que lá o acordo é o seguinte: pode ficar, é claro, desde que não acabe "fazendo bagunça". Bagunça consiste basicamente em duas coisas: não usar o jardim em frente da fachada como banheiro e não interromper as atividades quando entrar na Casa do Povo.

Enquanto na Rua Três Rios os contratos silenciosos se desenrolam, a questão dos moradores de rua avança em toda a cidade. As projeções do Movimento Estadual da População de Rua de São Paulo apontam que o crescimento dessa população é de 1,5 mil pessoas por ano. A SMADS resolveu adiantar o próximo Censo da População de Rua de 2020 para 2019, para entender melhor o quão real é esse crescimento. Nesse nem tão Bom Retiro de agora e do futuro, repleto de diversidade – mas também de diferença –, novos acordos vão ter que ser feitos para que a convivência seja possível.

■

Yuri Ferreira. Formado pela Escola de Jornalismo da Énois, publicado por veículos como *The Guardian*, *UOL*, *Carta Capital* e *VICE*. Indicado ao Prêmio Jabuti 2017 pelo Prato Firmeza.

A Énois é uma agência escola de jornalismo que apoia o desenvolvimento de jovens que reflitam e produzam jornalismo diverso. Para isso, tem um núcleo de jovens (de 16 a 21 anos) de diferentes áreas do conhecimento e também da cidade – principalmente das periferias – que pensam pautas, produzem reportagens, experimentam formatos e constroem ferramentas que ajudam a refletir sobre a existência e as formas de financiamento do jornalismo para os próximos anos.

1. Após uma visita à Coreia do Sul, em abril de 2017, o ex-prefeito João Dória propôs que o bairro do Bom Retiro passasse a se chamar *Little Seul*, surfando na onda de cidades ditas cosmopolitas, onde os bairros de comunidades migrantes recebem o nome de seus países de origem, como China Town, Little Italy, etc. No caso do Bom Retiro, além dos sul-coreanos, há uma dezena de outras culturas que habitam o bairro, dos bolivianos aos nordestinos, passando por gregos, angolanos, judeus e sírios.

2. Felipe Souza, "A saga dos moradores de rua em São Paulo por um copo d'água", publicado em *BBC News Brasil*, São Paulo, 15 de agosto de 2018. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/brasil-45088766. Acessado em 16 de setembro de 2018.

Natacha Roclaw Basbaum

em conversa com

Ricardo Basbaum

Memórias são vivas e, por isso, são maleáveis. Só existem quando contadas, seguindo sua própria ordem. Uma história guardada não existe como memória e, assim como um livro não lido, desaparece. Para a história se tornar memória, ela precisa tomar corpo e passar de um corpo para um outro. Convidamos Ricardo Basbaum a participar da coluna "Vozes de Nossa Voz" pedindo para sua mãe, Natacha Roclaw Basbaum,[1] narrar suas memórias da Casa do Povo. Nas linhas a seguir, a Casa do Povo surge como um lugar que ativa outros lugares; uma lembrança que ativa outras lembranças – a chegada no Brasil, os nascimentos, a fuga para o Uruguai, encontros e desencontros, falecimentos, casamentos e esquecimentos. Reunimos aqui livremente um relato escrito por Natacha com trechos de uma conversa telefônica entre Ricardo e Natacha no dia 10 de outubro de 2018.

Benjamin Seroussi

Da esquerda para a direita: Ana Roclaw, Natacha Roclaw, Charles Roclaw e Faivel Roclaw, janeiro de 1960, Casa do Povo.

Arquivo pessoal de Natacha Roclaw.

Na hora de falar

Está na hora de falar dos meus pais: do meu pai como colaborador do jornal *Nossa Voz*, onde escrevia em ídiche sobre escritores e poetas judeus poloneses e sobre assuntos políticos e culturais da época; da minha mãe como integrante do coral que existe até hoje e como ativista sempre presente no movimento cultural da Casa do Povo. Está na hora de registrar as poucas lembranças que me restam com relação à inauguração da Casa do Povo; lembranças do grupo de jovens estudantes que se formou liderado por Elisa Abramovich,[2] primeira vereadora mulher, comunista, eleita em 1947 e que não conseguiu tomar posse. Mãe da Fanny Abramovich. Lembro. Tenho algumas imagens na minha memória. Estive presente, levada por meus pais, nos eventos de inauguração da Casa do Povo. Além de membros do grupo de fundadores, estiveram diretores de teatro judaicos poloneses que depois permaneceram em São Paulo, dirigindo o grupo de teatro da Casa do Povo, que na época encenava uma dramaturgia escrita em ídiche. A presença de membros da comunidade judaica ligada aos judeus progressistas foi muito expressiva.

Lembro-me bem do Yankel Len, também um dos integrantes do grupo fundador da Casa do Povo. Um irmão do meu pai imigrou para Buenos Aires e outro para Nova Iorque. Viveram nessas cidades, constituíram família e lá faleceram. Os demais familiares ficaram na Polônia e faleceram talvez vítimas do nazismo, na Segunda Guerra. Em São Paulo, na década de 1930, meu pai ligou-se a um grupo de judeus progressistas no meio dos quais provavelmente conheceu minha mãe, que tinha imigrado para se juntar a sua irmã, ao seu cunhado e a seus pais. Veio de Łód. Casaram-se. Entretanto, a perseguição aos comunistas durante o governo de Getúlio Vargas prendeu e expulsou meu pai do Brasil.

Meus pais foram para o Uruguai, em Montevidéu, onde viveram até 1945, quando terminou a Segunda Guerra. O Uruguai era na época um país democrático para onde iam se refugiar perseguidos políticos de países vizinhos da América do Sul. Era a chamada Suíça da América Latina. Lá eu nasci, em 1938. Vivemos no Uruguai, portanto, do início ao fim da Segunda Guerra.

Ana e Faivel Roclaw entre mundos

Meu pai chegou ao Brasil, diretamente a São Paulo, vindo de uma pequena aldeia da Polônia, Kocevе.[3] Nunca vi esse nome escrito. Reproduzo como o ouvia sendo pronunciado nas conversas entre amigos e familiares. A chegada a São Paulo deve ter ocorrido em meados da década de 1930 e juntamente com meu pai vieram mais alguns amigos originários da mesma aldeia e que também se envolveram posteriormente com o ativismo da Casa do Povo.

A integração dos meus pais a uma cultura totalmente nova se deu num ambiente acolhedor, democrático, numa língua que lhes permitiu ter acesso a uma literatura de qualidade, à convivência com um grupo de judeus progressistas, militantes comunistas, envolvidos na luta contra o nazismo e no apoio às vítimas da guerra e do antissemitismo.

Éramos uma família de classe média, meu pai inicialmente ganhava a vida como operário de uma oficina que passava roupas, ternos masculinos. Minha memória é a de uma ótima qualidade de vida, tanto do ponto de vista econômico como cultural.

Fui alfabetizada aos 6 anos numa escola pública da qual tenho ótimas lembranças.

Minha mãe nessa época estava envolvida com grupos de apoio às vítimas judaicas perseguidas pelo nazismo. Entre eles, e com amigos judeus, falavam o ídiche, o que fez com que eu me apropriasse dessa língua a qual depois aprendi a ler e a escrever. O polonês, curiosamente, passou a ser falado quando não queriam que eu entendesse. Uma pena! Perdi a chance de aprender o polonês.

São Paulo, Bom Retiro

Estamos agora em outubro de 1945.

Chegamos, eu e minha mãe, a São Paulo, numa viagem feita de trem, um transporte agradável e de ótima qualidade. Meu pai só veio em janeiro de 1946. Tendo sido expulso do Brasil e ido ilegalmente para o Uruguai, não podia desembarcar em São Paulo vindo de outro país. Havia questões legais e jurídicas que só foram resolvidas anos depois. Fomos acolhidos pelos parentes e amigos, o tal grupo de judeus progressistas com os quais meus pais creio que nunca tinham deixado de manter contato. Um desses casais, Hersch e Felícia Schechter, tinha convivido conosco em Montevidéu. Seu filho, Horácio, foi meu amigo desde nossa infância no Uruguai e depois em São Paulo.

Na época já existia em São Paulo o Centro Cultura e Progresso, o qual, na minha opinião, foi o embrião da Casa do Povo. Era o espaço em que se reuniam os judeus progressistas já estabelecidos em São Paulo desde a década de 1930 e onde foram acolhidos todos os que foram chegando como sobreviventes da guerra. Era um espaço em que se procurava preservar a produção cultural judaica do Leste Europeu, escrita em língua ídiche: coral cantando canções em ídiche, peças de Scholem Aleichem encenadas pelo grupo de teatro amador, palestras sobre literatura judaica.
Foi nesse ambiente que surgiu o jornal *Nossa Voz*, e foi nesse ambiente que meus pais se integraram e do qual também passei a participar, embora ainda criança.

Clubinho, escola e colônia de férias

Antes da Casa do Povo, na minha lembrança tinha uma casa na Rua dos Bandeirantes, no Bom Retiro naturalmente, onde a garotada do clubinho I.L. Peretz se reunia para ter aulas de ídiche, jogar ping-pong, ensaiar peças e simplesmente se encontrar para sair juntos. Eu tinha 10, 11, 12 anos. A gente ia mais no final de semana porque durante a semana a gente estudava. As figuras eram o Horácio, Max Altman, Sonia Toporovski... Foi antes da fundação da Escola Scholem Aleichem. Fomos crescendo. Tem um intervalo aí. Quando a Elisa Abramovich foi nomeada diretora da Escola Scholem Aleichem, ela liderava o nosso grupo de então jovens que também eram militantes da União Paulista dos Estudantes. Era por volta de 1955. Tinha a presença da Elisa, que liderava esse grupo de jovens e tentava dar uma orientação política e cultural. Tinha eu, a Fanny Abramovich, Hersch Basbaum, Boris Vargaftig, Max Altman e mais algumas pessoas, mas não lembro os nomes.

Era também dessa época, creio, a colônia de férias Kinderland, iniciativa conjunta entre São Paulo e Rio de Janeiro. Funcionou inicialmente na cidade de Guararema. Era um projeto que tinha objetivos socioeducativos numa visão progressista, tanto do ponto de vista da cultura como da aprendizagem da convivência em grupo. Uma importante ativista da época foi a inesquecível Tuba Schor.

Quando a Escola Scholem Aleichem começou a funcionar lá no prédio da Casa do Povo, ocupou o andar térreo, depois foi ocupando os outros andares até o lá de cima – o último andar que era um espaço aberto onde era a pré-escola. Acabou ocupando praticamente o prédio todo, menos o andar do meio – o salão do meio. Nesse segundo andar tinha a biblioteca da Casa do Povo e um espaço social nobre para os eventos da Casa do Povo. Eu comecei a dar aulas no Scholem como estagiária com 18 anos em 1956. A Elisa me convidou. No ano seguinte, precisava de uma professora de alfabetização em ídiche, então fui trabalhar como professora contratada de ídiche e trabalhei lá até o final de 1961.
Eu estava fazendo faculdade. Estava grávida do meu primeiro filho: você, Ricardo, nasceu em fevereiro de 1961 e eu trabalhei até dezembro de 1960. Já tinha licença maternidade mas na época achei que eu não ia dar conta de ter um filho, fazer a faculdade... O Hersch já tinha um bom emprego e optei por me desligar da escola e fazer a faculdade.

A máquina de escrever

A festa do meu casamento com o Hersch, em janeiro de 1960, aconteceu no salão do primeiro andar da Casa do Povo, cedido gratuitamente. Foi uma alegre comemoração. Estavam presentes todos os meus amigos, de meus pais e familiares de ambas as famílias. Estava presente também a nossa querida Elisa Abramovich. O evento foi bem documentado por um fotógrafo judeu sefaradi, que era o profissional de plantão na época, na Casa do Povo.
Tenho as fotos.

Eu não consegui acessar o *Nossa Voz* para encontrar os artigos que meu pai escreveu. Meu pai escreveu sobre I.L. Peretz, Scholem Aleichem e alguns outros poetas poloneses que escreviam em língua ídiche. Vou tentar fazer isso ainda. Meu pai assinava como Faivel Roclaw. Um amigo dele tinha uma máquina de escrever com os caracteres em ídiche. Esse amigo, o Gricha, emprestou a máquina. Tenho uma vaga lembrança do meu pai escrevendo nessa máquina em ídiche. Meu pai morreu cedo. 64 anos. Ele tinha Parkinson. Ele foi enfraquecendo. Mas ele está muito bem nas fotografias do casamento.

Você não se lembra dele, né?

Eu lembro um pouco, sim.

(...) e onde foi parar essa máquina de escrever?

■

Ricardo Basbaum é artista, professor e escritor. Participa regularmente de exposições e projetos desde 1981 e atua também como Professor do Departamento de Arte da Universidade Federal Fluminense

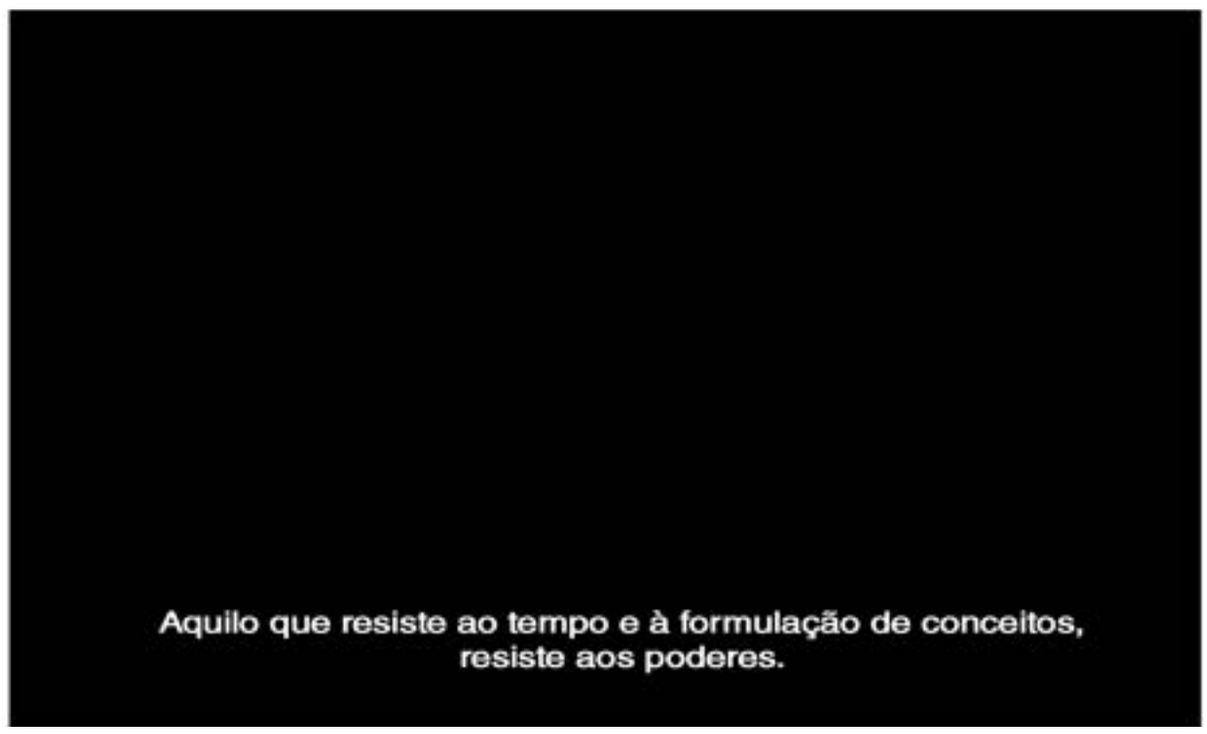
1. Uma entrevista com Natacha está disponível também em *Vanguarda pedagógica: o legado do Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem*, org. Grupo Memória Scholem, São Paulo, Lettera.doc, 2008.

2. Ver o perfil de Elisa Kaufmann Abramovich em *Nossa Voz*, número 1018, "Reviver e progredir", Leda Cartum, São Paulo, Casa do Povo, 2017.

3. A única cidade que encontramos na Europa Oriental com essa sonoridade é Kočevje, cidade da Eslovênia [N. do E.].

4. Hersch Schechter foi o principal editor de *Nossa Voz* de 1947 até 1964.

BREVE GERAL 4



Sr. José Carlos de Carvalho (à esquerda), chefe da expedição 1887-1888, ao lado do diretor do Museu Nacional, o Professor Roquete Pinto, Arquivo Museu Nacional, 1932;

O meteorito de Bendegó, em meio aos escombros do Museu Nacional, fotografia de Leo Correa.

■

Luisa Doria nasceu em São Paulo em 1987 e reside atualmente em Berlim. Há 13 anos circula entre as fronteiras do cinema, artes plásticas, quadrinhos, ilustração e design, buscando entender os horizontes entre elas.

EDITORIAL

Precisamos parar de fingir naturalidade. O mundo não está caindo, ele já caiu. Na última edição do jornal *Nossa Voz*, publicado em dezembro de 2017, abordamos um sentimento profundo de que o mundo no qual vivíamos estava morrendo, enquanto, simultaneamente, víamos surgir outros – "com" ou "contra" ele. No Brasil, ao longo de 2018, pudemos ver essas lutas entre mundos se acirrando com nitidez. As eleições materializaram e radicalizaram disputas de passados mais ou menos distantes que ainda hoje sobrevivem com força – do colonialismo à ditadura civil-militar.

Marielle Franco foi exterminada há quase nove meses e ainda não conhecemos o culpado por sua morte. O Brasil é o país que mais mata travestis, transexuais e homossexuais no mundo. A colonização das terras indígenas continua a todo vapor. Jovens negros periféricos são o principal alvo da polícia no que diz respeito à taxa de homicídios (duas vezes e meia maior do que a de brancos), além de inúmeros desaparecimentos.[1] Militantes ligados aos direitos ambientais sofrem cada vez mais ameaças por parte de empreiteiras e de um agronegócio em agressiva expansão. Ataques e violações aos direitos humanos são práticas comuns. O Museu Nacional queimou, representando não apenas a perda irreparável de parte de nossa história, mas a abertura de um abismo ainda maior em relação aos futuros que poderíamos construir a partir do conhecimento desse mesmo passado. O presidente eleito incorpora e incentiva grande parte desse mundo em "queda livre", entoando um discurso racista, homofóbico, misógino, que anseia a volta da tortura e ataca ostensivamente os valores democráticos.

O noticiário do fim do mundo poderia preencher as páginas desta edição do *Nossa Voz*, elaborada ao longo de 2018. Se no início do ano, ao planejarmos este número, nos perguntávamos "por que ainda não fizemos uma greve geral?" para parar essa máquina desvairada, passados quase doze meses tentamos nos agarrar ao que ainda nos resta do Estado de direito. As pautas desta edição são o resultado de nossa navegação em meio à tormenta do ano que passou.

Abrindo o jornal, a transcrição da palestra que Amós Oz fez na Casa do Povo em 2017, "Ninguém está livre do fanatismo", continua infelizmente mais atual do que nunca. Em seguida, entre "Potências e resistências", reunimos especulações sobre as estruturas de poder que governam nossas relações afetivas em dois textos do coletivo Claire Fontaine, "A greve humana já começou" e "Greve humana no campo da economia libidinal"; assim como histórias de levantes, vinculando as lutas do passado às do presente no artigo "No vácuo do Levante de GwangJu: Lutas intermináveis", uma colaboração do coletivo holandês Bik Van der Pol com a curadora coreana Binna Choi e, no texto "1968, 2013, 2015-2016: revoltas totais?", uma conversa entre os secundaristas Ícaro Pio e Letícia Karen, o dramaturgo José Celso Martinez Corrêa e Mayara Vivian, então militante do Movimento Passe Livre (MPL) em junho de 2013.

Com olhar atento ao nosso entorno imediato – o bairro do Bom Retiro onde a Casa do Povo está sediada – "O nem tão Bom Retiro", com pesquisa e texto elaborados pela Agência de Jornalismo ÉNóis, acompanha alguns moradores de rua que habitam o bairro. Paralelamente, abrindo perspectivas históricas para não sermos engolidos por completo na atualidade, essa edição olha para os eventos recentes à luz de outros tempos. Em "Os fins do museu", Guilherme Giufrida e Jéssica Varrichio abordam a memória e a importância do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro, cujo incêndio foi um marco no descaso em relação à história do Brasil e do resto do mundo. Focada por sua vez, na história da Casa do Povo, a tradicional coluna "Vozes de Nossa Voz" traz narrativas do século XX até os dias atuais, com uma inédita conversa entre o artista Ricardo Basbaum e sua mãe, Natacha Roclaw Basbaum, cuja família participou ativamente dos primórdios da instituição e deste jornal. Por fim, resgatando e atualizando a tradição do chamado "judaísmo progressista" que está na base da criação do *Nossa Voz* em 1947, o coletivo Judeus pela Democracia – São Paulo autorizou a publicação na capa deste edição de um manifesto que relaciona o assassinato de Vladimir Herzog em 1975 pela ditadura civil-militar ao tempo presente, sugerindo, portanto, novas formas de lembrar e lutar, para não repetirmos os erros do passado.

Por fim, duas intervenções gráficas surgem nessas páginas. A coluna "Breve Geral" de Luisa Doria funciona como uma vinheta, uma narrativa ficcional a partir da apropriação de imagens, cenas de filme e diálogos soltos – trata-se de uma resposta a pergunta que deu início a esta edição: por que ainda não fizemos uma greve geral? Mais pontual, porém ocupando as páginas do miolo deste número, a intervenção de Nicolás Llano, na qual aparecem diversos braços e punhos em riste, traz um subtexto – uma reflexão e um convite a lembrar e agir para existir.

São Paulo, dezembro de 2018

Benjamin Seroussi
Isabella Rjeille
Marilia Loureiro

1. Vide Relatório Anistia Internacional 2017/2018 https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf pp. 88. Vide Atlas da Violência 2018 http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf, pp. 40

CRÉDITOS

Editores Benjamin Seroussi, Isabella Rjeille e Marilia Loureiro
Coordenação editorial Ana Druwe
Projeto gráfico Estúdio Margem
Gráfica Cinelândia
Revisão Marcela Vieira
Tradução Daniel Lühmann
Tiragem 3.000 exemplares

Colaboradores Amós Oz, Bik Van der Pol, Binna Choi, Claire Fontaine, Guilherme Giufrida, Ícaro Pio, Jean Tible, Jéssica Varrichio, Judeus pela democracia – São Paulo, Leonardo Araujo Beserra, Letícia Karen, Luisa Dória, Mayara Vivian, Natacha Roclaw Basbaum, Nicolás Llano, Ricardo Basbaum, Ricardo Teperman, Yuri Ferreira/Énois, Zé Celso.

Comitê editorial Alexandre Lindenberg, Ana Druwe, Benjamin Seroussi, Eduardo Sterzi, Isabella Rjeille, Jean Tible, Lilian Starobinas, Marcelo Hotimsky, Marilia Loureiro, Valéria Piccoli.

Agradecimentos Alex Flynn, Fulvia Carnevale, Lucas Parente, Ernesto Trzirulnik, Fábio Zuker, Fernanda Grigolin e Ricardo Abramovay.

Nossa Voz é uma publicação da Casa do Povo. O jornal existiu próximo à instituição, de 1947 a 1964, quando foi fechado pela ditadura militar devido ao seu posicionamento político. Em 2014, foi relançado pela Casa do Povo tendo seus eixos editoriais repensados a partir do contexto contemporâneo, em diálogo com as suas premissas históricas.
O comitê editorial se reúne regularmente para discutir a cidade, a memória e as práticas artísticas em consonância com a situação política atual.

Para saber mais sobre o *Nossa Voz* e a Casa do Povo
www.casadopovo.org.br

A publicação tem distribuição gratuita nas instituições parceiras e em algumas bancas do bairro do Bom Retiro em São Paulo.

Para ver as edições antigas (1947-1964) acesse
www.memoria.bn.br

LEI DE INCENTIVO À CULTURA

Apoio:

CSN
Companhia Siderúrgica Nacional

VICUNHA TÊXTIL

Parceria institucional:

EFAI

Realização:

CASA DO POVO

MINISTÉRIO DA CULTURA
BRASIL GOVERNO FEDERAL